UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS *CAMPUS* DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARINA COIMBRA CASADEI BARBOSA DA SILVA

AS FESTAS ESCOLARES NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LITERATURA SOBRE A TEMÁTICA E À LUZ DA TEORIA CRÍTICA

MARÍLIA/SP
2015

MARINA COIMBRA CASADEI BARBOSA DA SILVA

AS FESTAS ESCOLARES NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LITERATURA SOBRE A TEMÁTICA E À LUZ DA TEORIA CRÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira. Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil.
Orientador: Prof. Dr. Alonso Bezerra de Carvalho

MARÍLIA/SP
2015

Silva, Marina Coimbra Casadei Barbosa da.
S586f As festas escolares no Brasil : uma análise a partir da literatura sobre a temática e à luz da teoria crítica / Marina Coimbra Casadei Barbosa da Silva. – Marília, 2015.
90 f. ; 30 cm.

Orientador: Alonso Bezerra de Carvalho.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.
Bibliografia: f. 85-90.

1. Educação – Filosofia. 2. Festas escolares – Brasil. 3. Teoria crítica. I. Título.

CDD 370.1

DEDICATÓRIA

À Verena, minha filha querida, que me acompanhou em todo processo, ainda em meu ventre, e ao meu esposo, Antonio, pelo amor, companheirismo e dedicação. Eu amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu esposo, por me incentivar quando pensei que não conseguiria e me senti sem forças, por me alegrar em dias difíceis e por ser meu companheiro até nas adversidades. Obrigada por me ouvir por horas e ao findar dos dias difíceis me contentar com deliciosos quitutes. Tom, você foi fundamental em todo o processo, obrigada meu amor, eu tenho muito orgulho de você.

Ao meu estimado orientador, Prof. Dr. Alonso Bezerra de Carvalho, pela confiança e pela compreensão em muitos momentos que precisei estar ausente devido a complicações de saúde. Ao findar o trabalho, me sinto renovada em todos os sentidos. Obrigada pelo respeito e pela ética ao conduzir a compilação deste trabalho.

Ao meu professor Dr. Sinésio Ferraz Bueno, pela contribuição para a minha formação e conhecimento sobre Teoria Crítica e Educação, a partir das suas aulas ministradas que aventavam ricas discussões teóricas e pelos livros que me concedeu, obrigada.

À professora Dra. Rosane Michelli de Castro, pelas pertinentes sugestões desde o início do processo, no Seminário de Pesquisa, e na banca examinadora de qualificação. Seus apontamentos e incentivo foram essenciais, obrigada.

Ao professor Dr. Leonardo Lemos de Souza, pela compreensão, incentivo desde o início, e pela participação da banca examinadora de qualificação, obrigada.

À minha querida avó Clarice, in memoriam, pelo amor, incentivo e admiração por mim. Muitas saudades...

Ao meu pai, Thimóteo, por me incentivar aos estudos. Pai, você mora no meu coração, obrigada.

À minha amiga Vanessa pelas conversas, apoio, carinho e amizade. Van, obrigada por me ouvir e compartilhar comigo muitos momentos marcantes da minha vida, mesmo de longe, você está muito presente.

À minha amiga Andressa, por dividir comigo as aflições e aventuras de ser mãe e estudante. Obrigada, Dre.

À Cida, mãe das minhas amigas Van e Dre, por ter compartilhado comigo um pouco das suas experiências como professora de escola pública

durante anos, e me dando apoio. Obrigada por sempre estar disposta para me ajudar.

À Fabiola, que me ajudou com os documentos para a minha licença maternidade, num momento que eu me encontrava muito aflita e incapacitada. Obrigada pela atenção, disposição e ajuda.

À Theodora, Carlota, Pipoca e Fumaça, por ter em mim a confiança dos gatos, que fecham os olhos e esticam o pescoço, na certeza do carinho.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pela bolsa concedida.

A todos aqueles que de uma maneira ou de outra, contribuíram para que este percurso pudesse ser concluído.

"Quando eu era pequeno, sempre me perguntavam o que eu queira ser quando crescer. Hoje não me perguntam mais, mas se perguntassem eu diria: 'Quero ser menino'."

Fernando Sabino

RESUMO

A pesquisa da qual resultou este texto objetivou desenvolver uma análise sobre festas escolares no Brasil, em diversas circunstâncias históricas, em busca de identificar seus vários objetivos, bem como compreender sua importância para a educação brasileira nesses vários momentos, mediante literatura especializada e à luz das formulações da Teoria Crítica. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, mediante onze trabalhos acadêmicos que abordam a temática em foco no período de 1890 até o ano de 2009. Utilizamos a Teoria Crítica como referencial teórico para pautar nossas análises. Os resultados indicam que as festas escolares no Brasil foram, no início da escolarização de massa, utilizadas como um instrumento político e ideológico que procurou reforçar e desenvolver alguns aspectos de ordem, progresso e trabalho, com a finalidade de propagar os ideais republicanos. Depois, as festas escolares serviram para mostrar o poder do Estado e assegurar a estabilidade do poder vigente, e ao longo dos anos as festas foram se descaracterizando, sob novas formatações. Na contemporaneidade as festas escolares são transformadas e moldadas pela da indústria cultural, como um produto de consumo, ainda que de baixo custo, só podendo ter algum espaço em um não-lugar. Para nós, as festas escolares são reveladoras de se pensar a escola atual como um não-lugar.

Palavras-Chave: Educação. Filosofia da Educação. Festas Escolares no Brasil. Teoria Crítica.

ABSTRACT

The research that resulted in this text aimed to develop an analysis of school holidays in Brazil, in various historical circumstances, in order to identify its various objectives and understand its importance to the Brazilian education in these various times through literature and in light of formulations of Critical Theory. This was a literature search through eleven academic papers that address the topic in focus in the 1890 period to 2009. We used the Critical Theory as a theoretical framework to orient our analysis. The results indicate that the school holidays in Brazil were at the beginning of mass schooling used as a political and ideological instrument that sought to strengthen and develop some aspects of order, progress and work, in order to propagate the republican ideals. Then the school holidays served to show the power of the state and ensure the stability of the ruling power, and over the years the parties were to changing the characteristics under new formats. In contemporary school holidays are transformed and shaped by the cultural industry, as a consumer product, although inexpensive, can only have some space in a non-place. For us, school parties are revealing to think the current school as a non-place.

Keywords: Education. Philosophy of Education. School holidays in Brazil. Critical Theory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9
CAPÍTULO 1 - AS FESTAS ESCOLARES COMO OBJETO DE ESTUDOS: ASPECTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS 16
1.1 As festas como objeto de estudo na historiografia da educação a partir da Escola de Annales 16
1.2 Das generalidades das festas 18
1.3 O contexto histórico, político e educacional no Brasil nos anos da Primeira República 29
CAPITULO 2 - ASPECTOS DAS FESTAS ESCOLARES NO BRASIL: UMA ANÁLISE DESCRITIVA, A PARTIR DOS ESTUDOS ACADÊMICO-CIENTÍFICOS SOBRE A TEMÁTICA 34
2.1 As festas escolares entre 1890 e 1930 como vitrines dos ideais republicanos: Pela República, pela Pátria e pela Felicidade 34
2.2 As festas escolares dos anos de 1930, 1940 e 1950 como espetáculos do poder: celebrações do trabalho e do amor à Pátria, junto às massas 45
2.3 As festas escolares entre os anos de 1960, 1970 e 1980: instrumento do Estado para a regulação da ordem política e da submissão às regras 52
2.4 As festas escolares dos anos de 1990 aos dias atuais: entre interesses políticos e religiosos, a busca por vínculos familiares 57
CAPÍTULO 3 - AS FESTAS ESCOLARES NA CONTEMPORANEIDADE: SENTIDOS E PERSPECTIVAS 63
CONCLUSÕES 81
REFERÊNCIAS 85

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é oriunda das experiências vividas a partir do projeto de extensão do qual fui bolsista na área de Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano, dentro do curso de Psicologia da Unesp –Assis[1] no ano de 2011. Nesse projeto eram realizadas oficinas com alunos de uma escola pública da cidade de Assis – SP, com idade entre 11 a 13 anos, nas quais trabalhávamos temas transversais (ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural) por meio de músicas, rodas de conversa, apresentação de filmes e realização de trabalhos artísticos. As oficinas eram muito apreciadas pelos alunos, pois, realizadas fora do contexto educacional formal, criavam um ambiente propício a vivências informais e espontâneas, o que possibilitavam, por parte dos alunos, a exposição de pensamentos que em outro contexto poderiam ser descartados ou menosprezados. Nesses momentos, os alunos reportavam-se muito às festas escolares como momentos semelhantes às oficinas, nas quais podiam se expressar mais livremente e ver a escola como um lugar prazeroso. Porém, apesar das expectativas dos alunos pelas festas, um momento extraordinário, notávamos a escassez desses momentos festivos na escola. Foi a partir de então que se deu a nossa curiosidade sobre a função e tradição das festas nas escolas. Consideramos todos os momentos de comemorações, celebrações e festejos como um momento extraordinário, pois muda a estrutura linear do tempo da escola. Nesses momentos há presença de pais, de pessoas da comunidade, atividades em pátios, quadras, ruas, ou seja, são movimentos que mudam a dinâmica dos acontecimentos rotineiros da escola. A inquietude, de nossa parte, em torno dessa questão, nos aventou algumas indagações que nos serviram para elaborar a problemática a ser pesquisada. Dessa forma, responder as seguintes indagações poderiam nos levar a compreender a importância da festa no contexto escolar e educacional. A problemática do trabalho de pesquisa foi: Qual a função social, cultural, política e pedagógica atribuídas às festas escolares públicas brasileiras nos vários momentos

[1] O projeto era intitulado como “A universidade ao lado da Escola Pública: intervenção, pesquisa e compromisso com a transformação social”, coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Barbosa da Silva, sob financiamento da PROEX – Unesp.

da história política do Brasil, desde finais do século XIX até a contemporaneidade?

Em uma pesquisa prévia sobre a temática, notamos que eram poucos trabalhos na área da educação que tratavam sobre as festas escolares, e não encontramos nenhum trabalho acadêmico que abordasse às festas escolares à luz da Teoria Crítica, o que justificou a relevância do nosso trabalho dentro da área da historiografia da educação no Brasil, e nos debruçamos na pesquisa para responder essas questões nesta dissertação de mestrado.

O objetivo geral da pesquisa, da qual resultou essa dissertação de mestrado foi: Desenvolver uma análise sobre as festas escolares no Brasil, em diversas circunstâncias históricas, em busca de identificar seus vários objetivos, bem como compreender sua importância para a educação pública brasileira nesses vários momentos, mediante literatura especializada e à luz das formulações da Teoria Crítica.

Para atingirmos o objetivo geral, elencamos tais objetivos específicos, a saber: realizar uma revisão crítica da literatura especializada que tratasse das festas escolares; analisar as informações contidas na bibliografia, as concepções, artimanhas, interesses, aspectos ideológicos entre outros que envolvem as festas escolares com vistas a reapresentar nosso objeto de estudos (as festas escolares), a partir da perspectiva da Teoria Crítica; e, indicar subsídios para uma "nova" leitura das festas escolares.

Quanto à metodologia, optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica, quanto às fontes, desenvolvida mediante um *corpus* constituídos por onze trabalhos acadêmico-científicos, os quais abordam a temática em foco, e a partir de uma abordagem exploratória. Realizamos uma busca às coleções da rede *Scielo*, ao banco de dados da Capes, bem como em plataformas de pesquisa e bancos de dados indexados, tais como artigos de revistas científicas, livros e anais de eventos, a partir das palavras-chave: festas, celebrações, comemorações, e então selecionamos os trabalhos que tratassem apenas sobre festas escolares em diversos tempos históricos com a intenção de analisarmos as características das festas em diversos momentos. Portanto, o período delimitado para a pesquisa é de 1890 até a contemporaneidade.

As festas escolares, enquanto nosso objeto de estudo, é um dos aspectos que compõe a cultura escolar, sendo esse um conceito amplamente discutido no campo da educação. O termo cultura escolar nas pesquisas educacionais pode ser considerada recente, pois foi apenas em 1970, quando se acentuaram os debates sobre a crise educacional brasileira, que a cultura escolar foi realmente considerada objeto de investigação. Desde então a categoria cultura escolar tem assumido visibilidade na estruturação de eventos no campo educacional e tem subsidiado estudos historiográficos educacionais (FARIA FILHO,2003).

A concepção de Julia (2001) sobre cultura escolar se define como

> [...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10-11).

Chervel (1990) abordou a questão sobre as disciplinas escolares como objetos integrantes da cultura escolar. Na concepção deste autor a cultura escolar não forma somente os indivíduos que fazem parte da comunidade escolar. Para o autor, a cultura escolar relaciona-se de forma mais ampla com a cultura da sociedade global, da mesma forma que a disciplina escolar não comporta somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades sociais que presidiram a sua constituição e a da escola. O exemplo do trabalho deste autor nos mostra o caso das disciplinas escolares, cujas funções específicas em determinados momentos históricos, tinham a finalidade de colocar o conteúdo de instrução a serviço de um determinado fim educativo. Chervel (1990) considera que a escola não reproduz somente os conhecimentos considerados de relevância para determinada sociedade, mas ela é criativa e (re)elabora esses conhecimentos, produzindo uma cultura específica, singular e original, cujos efeitos se estendem sobre essa mesma sociedade e cultura.

Portanto, pudemos perceber que o conceito de cultura escolar é amplamente discutido por diversos autores, com amplas definições, mas para nós, aqui neste trabalho compreenderemos que faz parte da cultura escolar os elementos que compõem a rotina escolar, sendo estes elementos burocráticos ou ainda das práticas escolares, que se repetem durante anos na vida dos escolares.

Desse modo, as festas escolares expressam aspectos da cultura escolar, pois ao mesmo tempo em que é regida por normas, pelo ensinamento de condutas e conhecimentos, é também composta de práticas coordenadas com finalidades educativas.

As festas, portanto, como um aspecto da cultura escolar, que se modifica de acordo com as épocas e as finalidades sociais, políticas e religiosas, também se transformaram e foram apropriadas pelos dirigentes de ensino, professores, alunos e sociedade em geral de diferentes formas no decorrer dos anos.

Neste sentido, de acordo com Chartier (1990), nem sempre o significado pretendido pelos idealizadores de algum evento será o mesmo significado apropriado pelos participantes. Para Chartier (1990), as representações concebidas como modos de interpretar e de entender determinada realidade, apesar de aspirarem uma padronização, serão sempre determinadas pela aceitação do grupo que as forjam, assim como num campo de batalhas, uma competição de poder e dominação.

Assim, é evidente que quando transmitimos um arsenal de conhecimentos e práticas, nem sempre o que é apropriado pelos seus espectadores será o intuito inicial da ação. Isso ocorre graças ao poder criativo de todos os sujeitos, que estão embargados pelas suas experiências pessoais, e suas interpretações para os acontecimentos estarão sempre impregnados de subjetividades.

De um modo geral, as festas escolares não podem ser pensadas separadamente das representações da escola, aluno, dirigentes e professores, sociedade, população, cidadãos, etc. Até mesmo a escolha das datas comemorativas pode dizer muito a respeito do projeto social e político vigente em cada período, ou seja, da representação de escola que precisaria ser construída e disseminada em cada contexto histórico.

Até aqui, portanto, nos empenhamos em situar o nosso estudo dentro do campo da historiografia da educação e conceituar o nosso objeto de estudo enquanto um aspecto da cultura escolar, e, por conseguinte, esclarecer tal conceito.

Na intenção de apurar as festas escolares especificamente, em seus conceitos, significações e funções sociais e escolar, considerando os limites de

nossas fontes e suas potencialidades, utilizamos os pressupostos da Teoria Crítica, bem como o conceito de Indústria Cultural para comporem nosso quadro teórico-metodológico.

Quando falamos em Teoria Crítica nos referimos ao pensamento de um grupo que, a partir dos anos 1920, desenvolveram pesquisas e intervenções teóricas sobre problemas filosóficos, sociais, culturais e estéticos gerados pelo capitalismo tardio e influenciaram, sobremaneira, o pensamento ocidental, particularmente dos anos 1940 aos anos 1970. Esses pensadores constituem a chamada Escola de Frankfurt, pelo fato de se estabelecerem como um grupo de pesquisadores desta cidade alemã, criando aí seu instituto de investigação e o órgão de divulgação de suas produções, a *Revista de Pesquisa Social*. Destacam-se entre seus membros, Horkheimer, Marcuse, Adorno, Benjamin, e Habermas, esse ainda vivo e muito produtivo, mas que se afastou da Escola posteriormente. O termo teoria crítica se consagrou a partir do artigo de Horkheimer, em 1937, no qual o autor prefere utilizar essa expressão para fugir da terminologia materialismo histórico utilizada pelo marxismo ortodoxo, hegemônico na época, e por querer mostrar que a teoria marxista era atual, mas devia se importar, em suas reflexões, com outros aspectos críticos presentes na abordagem da realidade: o filosófico, o cultural, o político, o psicológico e não se deixar conduzir predominantemente pelo economicismo determinista. Os autores frankfurtianos clássicos — dos anos 1930 a 1970 — escreveram, fundamentalmente, sobre temas filosóficos, culturais, sociais, estéticos e psicológicos (PUCCI, 1995).

Para os teóricos críticos, a razão que desponta com a valorização da ciência cada vez mais evidente, trata-se de uma razão instrumental. Assim, o que se tinha era uma racionalidade de cunho positivista que visava a dominação e intervenção na natureza a serviço do poder do capital, estendendo-se essa dominação também aos homens, cada vez mais alienados dos processos sociais e culturais em que estavam envolvidos. Logo a ciência não seria imparcial, mas controlaria o exterior e o interior do homem. Para a os teóricos críticos, alguns dos aspectos centrais dessa dominação da técnica seriam a indústria cultural e a massificação do conhecimento, da arte e da cultura que se produzia naquele contexto diluindo-se assim a força expressiva de cada um, seus significados próprios, transformando tudo em objeto de consumo (JAY, 1988).

Diante dessa nova postura, a teoria crítica apresenta-nos uma necessidade de delinear uma nova concepção de razão e racionalidade, que reconcilie o sujeito e o objeto, o homem e a natureza. E isso só é possível a partir de uma compreensão dialética sobre os diversos aspectos que envolvem a vida em sociedade.

Portanto, a partir dos pressupostos da teoria crítica, pudemos olhar para o nosso objeto de estudo dialeticamente, ou seja, foi possível visualizar as festas em suas diversas circunstâncias e seus vários objetivos, bem como compreender sua importância para a educação em vários momentos históricos, suas contradições e funções na escola e na sociedade.

Utilizamos o conceito de Indústria Cultural para compreender a questão da tendência da uniformização, massificação e da padronização das festas seguidos pelas escolas em vários períodos históricos até recentemente.

Indústria cultural, foi o termo concebido pelos teóricos da escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer que consiste em “moldar” toda a produção artística e cultural, de modo que elas assumam os padrões comerciais e que possam ser facilmente reproduzidas. Dessa forma, as manifestações de arte não são vistas somente como únicas, extremamente belas, mas principalmente como “mercadorias”, que incentivam uma reificação (ou transformação em coisa), e a alienação da arte feita para poucos e carentes de uma visão crítica a respeito (FREITAG, 1987).

No entanto, falar de indústria cultural levanta também questões sobre a comunicação, a cultura e a manipulação de massas. Em todos os ramos da indústria cultural existem produtos adaptados ao consumo das massas, sendo por elas que as indústrias se orientam, tendo o consumidor não como um sujeito, mas sim como um objeto. Esse termo define as produções artísticas e culturais organizadas no contexto das relações capitalistas de produção, uma vez lançadas no mercado, é por estes consumidas, já que os produtos são adaptados ao consumo das massas, assim como também pode determinar esse consumo trabalhando sobre o estado de consciência e inconsciência das pessoas (COHN, 1971). Ela pode ainda ter função no processo de acumulação de capital, reprodução ideológica de um sistema, reorientação de massas e imposição de

comportamento. A cultura atual, com mais competência ainda, continua conferindo a tudo um ar de semelhança, de identidade, de uniformização.

Podemos apontar que as festas nas escolas públicas foram assumindo novas funções para a comunidade escolar ao longo dos anos e que elas representam mais do que um ambiente pedagógico, descontraído. As festividades escolares foram momentos usados para a disseminação de ideais, valores, inculcar ideias e posições políticas, principalmente na consolidação da Primeira República e foram se descaracterizando ao longo dos anos e, atualmente, continuam no calendário escolar por conveniência dos educadores, que se apropriaram desses momentos e veem neles um momento pedagógico, por tradição, ou ainda para arrecadar fundos para o caixa escolar.

No primeiro capítulo, tratamos sobre as festas escolares como objeto de estudos a partir dos seus aspectos teóricos – metodológicos, ou seja, como objeto de estudo na historiografia da educação a partir da Escola de Annales, bem como também os conceitos e definições de festas, a partir da Sociologia e Antropologia, e os sentidos das festas na sociedade em geral.

No segundo capítulo, abordamos sobre os aspectos das festas escolares no Brasil dos anos de 1890 até os dias atuais e realizamos uma análise descritiva, a partir dos onze estudos acadêmico-científicos sobre a temática. A ordem da apresentação consistiu em agrupar os trabalhos que abordavam a mesma época em questão. Nesse capítulo foram tratadas sobre as festas escolares entre 1890 e 1930: pela República, pela Pátria e pela felicidade; as festas escolares dos anos de 1930, 1940 e 1950: celebrações do trabalho e do amor à Pátria, junto às massas; as festas escolares entre os anos de 1960, 1970 e 1980: instrumento do Estado para a regulação da ordem política e da submissão às regras; as festas escolares dos anos de 1990 aos dias atuais: manutenção da tradição das festas.

E, por fim, no terceiro capítulo realizamos uma análise interpretativa dos aspectos históricos das festas escolares, suas funções e a descaracterização ocorrida ao longo dos anos, à luz da Teoria Crítica, que nos permitiu compreender as contradições presentes nos momentos festivos, os usos e desusos desses momentos por parte dos agentes escolares e refletirmos sobre a situação das festas escolares atualmente.

CAPÍTULO 1 - AS FESTAS ESCOLARES COMO OBJETO DE ESTUDOS: ASPECTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS

Fagulhas, pontas de agulhas
Brilham estrelas de São João
Babados, xotes e xaxados
Segura as pontas, meu coração
Bombas na guerra - magia
Ninguém matava, ninguém morria
Nas trincheiras da alegria
O que explodia era o amor
E ardia aquela fogueira
Que me esquentava a vida inteira
Eterna noite sempre a primeira
Festa do interior

Moraes Moreira

Este capítulo aborda os aspectos teórico-metodológicos sobre nosso objeto de estudo, as festas escolares, que passou a ser reconhecido como objeto de investigação à luz dos estudos produzidos pelos pesquisadores da chamada Escola de *Annales*. Apontamos que as festas sociais foram incorporadas e apropriadas pela escola, tornando-se em um dos aspectos da cultura escolar. Os conceitos de festas a partir das áreas de Filosofia, Antropologia, Sociologia e Psicologia nos respaldaram para melhor compreensão do nosso objeto de estudo.

1.1 As festas como objeto de estudo na historiografia da educação a partir da Escola de Annales

Para situarmos as festas escolares no campo historiográfico, descreveremos brevemente sobre a Escola dos *Annales*, que fora fundamental para que o tema do nosso estudo tivesse reconhecimento.

A chamada escola dos *Annales* é um movimento historiográfico que se constituiu em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História; há que referir que o seu nascimento é também um reflexo da conjuntura econômica e social dos anos de 1929, ano da Grande Crise econômica

que assolou os Estados Unidos, Alemanha e França. Os *Annales*, portanto, visavam ser um retrato do espectro de 1929, uma época de mutações, que iria ser como que a catapulta essencial para um novo tipo de história, econômica, social (BARROS, 2010).

Fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, propunha-se a ir além da visão positivista da história como crônica de acontecimentos, substituindo o tempo breve da história dos acontecimentos pelos processos de longa duração, com o objetivo de tornar inteligíveis a civilização e as "mentalidades".

A escola dos *Annales*, segundo Barros (2010), renovou e ampliou o quadro das pesquisas históricas ao abrir o campo da História para o estudo de atividades humanas até então pouco investigadas, rompendo com a compartimentação das Ciências Sociais (História, Sociologia, Psicologia, Economia, Geografia, etc.) e privilegiando os métodos pluridisciplinares.

De acordo com Barros (2010), no início dos anos de 1970, Jacques Le Goff e Pierre Nora, reivindicavam para a Nova História “a coexistência de vários tipos de história igualmente válidos”, e defendiam o fatiamento da história, mais tarde denominada de micro história, em contraposição a uma história completa do passado. A partir disso historiadores como Jean Paul Aron, Jean Louis Flandrin e Montanari esfarelaram o foco da história em migalhas para compreender vários aspectos que compunham um fato em si, antes visto como único e verdadeiro.

Os historiadores dos *Annales* foram os pioneiros na abordagem do estudo de estruturas históricas de longa duração, das mentalidades e da cultura material para explicar eventos e transformações sociais e políticas. Dessa forma, todo fenômeno que ocorre em qualquer espaço é passível de pesquisa e análise.

Partindo da perspectiva desses pesquisadores, um fenômeno deve ser visto sob a perspectiva de uma história-problema que se pretenda indagar sobre as condições que tornaram possível o sucesso deste ou daquele movimento. Seu objetivo é demonstrar que cada época e circunstancialidade histórica abre espaço à historiografia que convém à configuração de interesses então dominantes. Tudo na História-Problema é explícito: também as fontes, os métodos, e mesmo o lugar de onde o historiador se pronuncia. Além disto, na História-Problema, também as hipóteses adquirem uma especial importância; “a história torna-se uma empresa teórica. ” (REIS, 2000, p.75). De igual maneira, os fatos históricos não se

restringem mais ao mundo político, uma vez que as problematizações propostas pelo historiador dizem também respeito à cultura, à economia, aos modos de pensar e de sentir, aos movimentos demográficos, e por fim nada escapa do movimento da História.

É a partir dos *Annales*, portanto, que o nosso objeto de estudo, as festas escolares, tido como um fenômeno escolar, aparentemente isolado, atualmente pode ser passível de uma microanálise e ser fonte para compreender um dos aspectos que compõe a cultura escolar, que ainda se perpetua até os dias atuais.

Após compreendido a importância do estudo sobre as festas escolares dentro da historiografia da educação, como um novo modo de se realizar pesquisa, partimos para a compreensão dos significados e sentidos das festas para sociedade em geral.

1.2 Das generalidades das festas

Há certo problema em pesquisarmos festas na sua generalidade para estabelecermos uma história crítica das festas. As festas sempre foram retratadas pelo historicismo conservador de forma linear, que preso ao paradigma positivista pregava a neutralidade analítica do historiador. Essa postura da historiografia tradicional gerou uma vasta quantidade de trabalhos sobre festividades de todos os tipos, especialmente etnografias de sociedades indígenas, e muitas pesquisas de orientação folcloristas, entretanto, todos esses trabalhos eram meramente descritivos. Tais estudos apenas descreviam linear e narrativamente as festas tais como ocorriam em determinadas épocas históricas, sem se preocupar em estabelecer conexões entre os contextos sociais, econômicos e culturais predominantes na mesma época.

Esses estudos têm valor enquanto fonte documental por serem extremamente minuciosos nas descrições dos eventos festivos, porém, ao serem excessivamente preocupados em detalhes, escapa aos observadores os processos subjetivos e transformativos, e as razões que os impulsionam. Nota-se, portanto, que esses estudos são delineados por escassas reflexões teóricas sobre as festas que geralmente aparecem como pontos inseridos nos estudos dos rituais ou, mais propriamente, das teorias sobre religião. Sendo assim, o “conjunto” de estudos

sobre festas é composto por um farto ajuntamento de subcapítulos, parágrafos, temas afins nem sempre relacionáveis entre si, dispersos não só em estudos da literatura educacional, mas também em estudos de obras antropológicas, filosóficas, históricas e literárias, etc.

Evidente que encontramos alguns estudos que sobressaem à história tradicional e pontuam os estudos sobre festas de forma crítica. Esses estudos geralmente estão nas áreas da Antropologia, Sociologia, Etnografia e Psicologia Social. Porém quando a busca é realizada no campo historiográfico as pesquisas se mostram escassas, e mais ainda se restringirmos ao campo da história da educação.

Os estudos que mais se aprofundam sobre as festas são encontrados, mais frequentemente, nas obras de autores que se filiaram à escola fenomenológica, como Dumézil, Callois, Girard, Bataille, Eliade, entre outros. Apesar das obras desses autores abordarem as festas enquanto objeto de estudos, não avançaram para além das reflexões de Durkheim que, em 1912, apresentou vários apontamentos sobre a estreita relação entre o ritual religioso e as festas, segundo Amaral (1998). As reflexões encontradas na obra de Durkeim (1968), *Les formes elementaires de lavie religieuse*, são retomadas pela escola fenomenológica e serviram como base para as análises das festas escolares.

Diante disso, os estudos críticos acerca da história das festas, principalmente aqueles que se debruçaram no campo do folclore e da etnologia, são retratados a partir de seu vínculo com o tempo, onde passado, presente e futuro se dialogam. Não existe festa sem reminiscência sem que o passado seja relembrado, revivido, e, ao mesmo tempo, a festa tem o poder de denunciar o presente e prenunciar o futuro criando a expectativa sobre o que virá.

A festa se associa ao imaginário coletivo, tanto é que a antecipação de um estado futuro se dá dessa forma, é na projeção de um desejo comum, coletivo, que se transfere para um estado posterior. Ou seja, o tempo da festa não é o tempo histórico, e nem cronológico, ele segue o tempo mental do coletivo.

Para Ozouf (1976), as festas que se seguiram à Revolução Francesa indicavam um novo tempo histórico e fomentavam nas pessoas os sentimentos de esperança do advento de uma nova sociedade, menos repressiva e mais igualitária. Além disso, as festas tinham um teor pedagógico de ensinar a Revolução para os

que a desconheciam diretamente. Nessa lógica, é a circunstância que dita a festa, norteada, portanto, por improvisações e por aspectos simbólicos que merecem ser valorizados, tais como acontecimentos políticos e culturais. As festas se dão por motivos emergenciais, de urgência política de uma nação, devido aos propósitos políticos, às vezes exageradas, contidas, ritualísticas e repetidas quantas vezes for preciso. Ou seja, o viés político está estritamente relacionado com as festas e suas definições e objetivos, ainda que esses estejam na esfera subjetiva de um coletivo.

As festas que se seguiram à Revolução Francesa são excelentes exemplos de como ações sociais podem estar atreladas a um acontecimento revolucionário. Essas festas apresentavam o mesmo cerimonial que àquelas que ocorriam na religião católica, no que diz respeito a escolha de determinadas músicas, hinos, marchas, animações, e, além disso, a semelhança existente entre as próprias festas buscava garantir a autenticidade das mesmas e a promessa de unanimidade que haveria entre a população.

De acordo com Cândido (2007), a incorporação de elementos religiosos junto às festas, que comemoravam vitórias políticas ou mudanças sociais, fomentou nas pessoas a mesma satisfação que eram obtidas nas comemorações religiosas. No caso da Revolução Francesa a cerimônia patriótica se assemelhou aos elementos dos cultos religiosos e suas festas serviram para garantir a benevolência frente aos valores que inspiraram a transformação política e social que surgira com a Revolução.

Notamos que, ao perdurar e se perpetuar, a festa possui o poder de ser manipulada de tempos em tempos, pois nada se garante intacto e sem alterações. Dessa maneira, as festas são reprimidas, reajustadas, manipuladas, transformadas e reinventadas conforme o momento social, histórico e político. As festas são “uma imensa empreitada de retificação. ” (OZOUF, 1986, p.230). Para essa autora, como uma máquina, a festa sempre esteve pronta para ser ligada, desligada, montada e desmontada para servir diferentes causas.

Isso quer dizer que as festas em geral podem servir para muitas ocasiões e é um veículo capaz de transmitir conteúdos e ideologias valorizadas em determinados tempos, além de fornecer subsídios para recuperar aspectos da história e das mentalidades que predominavam em certas épocas.

Há uma ressalva importante quando trabalhamos com os valores que são ou foram transmitidos por determinadas festas. Geralmente os espectadores do evento festivo não conseguem decifrar o simbolismo que está contido em toda alegria, folia ou celebração, e são quase que obrigados a participarem sem mesmo saber os reais objetivos dos festejos, o que nos leva a diferenciar as funções oficiais das festas e os diferentes usos que os indivíduos fazem delas. Isto foi tratado por Priori (2000) que realizou um estudo sobre as festas na sociedade colonial brasileira. A autora abordou a forma pelas quais as festas foram descritas nos documentos oficiais, e também outras funções implícitas das festas, o que a autora chamou de "festa de cabeça para baixo".

Priori (2000) considerou a festa um evento que pode ser concebido como a encenação de modelos de uma organização social, de um fato político, religioso ou simbólico. No período colonial, a festa evidenciava o poder político e suas instituições, no caso, celebrava a política e a cultura da monarquia portuguesa e as crenças propagadas pela Igreja católica. Ou seja, as festas, basicamente as religiosas, tinham o apoio do Estado e intencionavam afirmar o poderio dessas instituições. O Estado português marcava presença nas cerimonias públicas da Colônia por meio da participação das comemorações aos casamentos, nascimentos e mortes dos governantes gerais, nobres e heróis do reinado.

Podemos notar que toda festa, desde o período colonial, foi impregnada pela tentativa de padronização dos aspectos que deveriam estar presentes nas comemorações por conta de seus realizadores. As festas eram normatizadas por meio de aspectos padronizadores que eram repassados à população brasileira. Isso fez com que as festas perdessem o seu poder catártico, formando apenas um evento que visava passar normas e referências sociais e culturais.

Porém, Priori (2000), ao trabalhar sobre a temática no tempo colonial, deixou evidente que a festa também serviu como um refúgio para as classes subalternas na Colônia suportarem as árduas condições de vida, pois em tal período histórico, os grupos sociais dominantes podiam exaltar seu lugar na cidade e na sociedade política.

Além de funcionar como um alento para os desprestigiados, a incorporação das festas oficiais por conta de culturas indígenas e negra, permitiu que as duas culturas se entrelaçassem, fazendo circular entre elas os novos

símbolos e produtos culturais. Dessa maneira toda a miscigenação que compõem o brasileiro (índios, negros, mulatos e brancos), manipularam as brechas do ritual da festa oficial e conseguiram atribuir a elas as representações próprias de suas culturas, e transformaram as comemorações em oportunidade para reinventarem seus mitos, musicalidades, danças, de modo a reproduzir e transmitir nessas ocasiões suas novas identidades.

> Se por um lado observam-se as instituições tentando dar uma única função à festa, por outro vamos perceber o povo dela se apropriando de maneira peculiar. A festa, seus espaços e suas atividades vão ter outra interpretação aos olhos da multidão, a cada momento possibilitando uma inversão na sua utilização. (PRIORI, 2000, p.105).

Na busca de compreender a organização de determinadas sociedades, principalmente a brasileira, por meio da análise da festa, concebida como expressão da complexidade dos vínculos sociais, Perez (2002) trabalhou sobre a festa como uma forma lúdica de socialização e como um fenômeno gerador de imagens multiformes da vida coletiva. Para isso, Perez (2002) faz uma análise do Divino Espirito Santo e a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes na cidade de Porto Alegre (RS) no século XIX. Esse trabalho aponta que a festa não é só para se participar, mas também para ser pensada por seus vínculos coletivos, e por tudo o que compõe a sociedade. Como um ato coletivo, a festa é o que instaura e constitui um outro mundo, uma outra forma de perceber a vida social.

A festa, religiosa ou profana, é marcada pelo lúdico e pela exaltação dos sentidos e das emoções. A festa é o espaço privilegiado de reunião das diferenças, das figurações sociais e de assembleia coletiva, dos encontros e de sociabilidade.

Tal como ocorre nos rituais religiosos em que as pessoas rompem com seu cotidiano para viver algo novo, demonstrar que tem uma força interior que reporta a um momento de extrema fé, a festa também serve para romper com o cotidiano. Barros (2002) aponta a celebração das festas religiosas, como por exemplo as do Espírito Santo nas quais encontramos uma massa celebrante, a unidade, a coerção, o rompimento com o cotidiano e a manutenção da lembrança.

Para Durkheim (1968), a festa religiosa, aponta para os limites “flutuantes” que separam os ritos representativos das recreações coletivas e afirma que uma característica importante de toda religião é exatamente o “elemento

recreativo e estético. ” A partir destas constatações, Durkheim (1968, p. 547) afirma que:

> Toda festa, mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo do delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso. [....] Pode-se observar, também, tanto num caso como no outro, as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, procura de excitantes que elevem o nível vital etc. Enfatiza-se frequentemente que as festas populares conduzem ao excesso, fazem perder de vista o limite que separa o lícito do ilícito. Existem igualmente cerimônias religiosas que determinam como necessidade violar as regras ordinariamente mais respeitadas. Não é, certamente, que não seja possível diferenciar as duas formas de atividade pública. O simples divertimento, [...] não tem um objeto sério, enquanto que, no seu conjunto, uma cerimônia ritual tem sempre uma finalidade grave. Mas é preciso observar que talvez não exista divertimento onde a vida séria não tenha qualquer eco. No fundo a diferença está mais na proporção desigual segundo a qual esses dois elementos estão combinados.

Para Durkheim (1968), as principais características de todo tipo de festa são: (1) - a superação das distâncias entre os indivíduos, (2) - a produção de um estado de “efervescência coletiva” e (3) - a transgressão das normas coletivas.

Segundo Durkheim (1968), no divertimento, do mesmo modo que na religião, o indivíduo “desaparece” no grupo e passa a ser dominado pelo coletivo. Nesses momentos, apesar ou por causa das transgressões, são reafirmadas as crenças grupais e as regras que tornam possível a vida em sociedade. Ou seja, o grupo reanima “[...] periodicamente o sentimento que tem em si mesmo e de sua unidade. Ao mesmo tempo, os indivíduos são reafirmados na sua natureza de seres sociais. ” (DURKHEIM, 1968, p. 536).

Com o tempo a consciência coletiva tende a perder suas forças. Logo, são imprescindíveis tanto as cerimônias festivas quanto os rituais religiosos para reavivar os “laços sociais”, os quais sempre apresentam o risco de se desfazerem. Nesse sentido, poderíamos imaginar que, quanto mais festas um dado grupo ou sociedade realizam, maiores seriam as forças na direção do rompimento social às quais elas resistem. As festas seriam uma força no sentido contrário ao da dissolução social.

Segundo Durkheim (1968), o divertimento pode ser entendido até mesmo como a segunda finalidade do trabalho, vindo logo após a necessidade de sobrevivência. Dessa maneira, a festa é sinônimo de rápida fuga da monotonia cotidiana do trabalho e pela sobrevivência, não tendo a princípio qualquer utilidade. No entanto a humanidade precisa da "vida séria" pois sabe que sem ela a vida em sociedade se tornaria impossível. Disso resulta que a festa deixa de ser inútil e passa a ter uma função, pois ao fim de cada cerimônia, de cada festa, os indivíduos voltariam à "vida séria" com mais coragem e disposição.[2] A festa serviria então para reabastecer a sociedade de "energia", de disposição para continuar. Ou pela resignação, ao perceber que o caos se instauraria sem as regras sociais, ou pela esperança de que um dia finalmente, o mundo será livre das amarras que as regras sociais impõem aos indivíduos.

Ainda de acordo com Durkheim (1968), na festa, a energia do coletivo atingiria o seu apogeu no momento de maior "efervescência" dos participantes. Ele observa que esta efervescência "muda as condições da atividade psíquica. As energias vitais são superexcitadas, as paixões mais vivas, as sensações mais fortes". (DURKHEIM 1968, p. 603).

Para garantir esse estado de alma, contribuem fortemente os aspectos presentes em todas as festas: música, bebidas, comidas específicas, comportamentos ritualizados, danças, sensualidades, conversas descompromissadas etc. Nesse estado o homem não se reconhece como tal. Ele se reintegra à natureza de que teria se separado ao fundar a sociedade. Na festa, pensa Durkeim (1968) e muitos dos autores que seguiram a ele, os indivíduos podem entrar em contato direto com a fonte de "energia" social e dela absorverem o necessário para se mantiver sem revolta e muita contrariedade até a próxima festa.

Para Caillos (1950) e Mauss e Hubert (1968), a reunião de muitas pessoas, que se movimentam, dançam, cantam, gritam, interagem etc., contribui para a produção de grande quantidade de "energia", que é redistribuída para todos os participantes. Para eles, o sacrifício implica uma consagração, ou seja, é a

[2] Huizinga (1996), em *Homo Ludens*, afirma que existem atividades humanas que não correspondem a nenhuma função e que não visam nenhum objetivo eficaz. Ele inclui entre eles a estética e a festa. Mas a festa não se define por seu caráter inútil ou não funcional. Esta "não-funcionalidade" teria uma função estrutural, segundo os tipos de sociedade onde ela aparece.

transformação de um objeto profano em objeto sagrado. As forças religiosas responsáveis por essa transformação, na visão durkheimiana, representam as forças vitais que mantêm vivo o tecido social. A noção de sacrifício é central para as teorias religiosas e da festa, como demonstram Bataille (1973) e Girard (1990) a religião é a procura da intimidade com o divino, perdida com a instauração da dicotomia sujeito/objeto, ou seja, a transcendência do mundo.

Para Bataille (1973), a festa é a fusão da vida humana. Ela é para a coisa e o indivíduo o cadinho onde as distensões se fundem ao calor intenso da vida íntima.

Barros (2002) aponta que as festas são realizadas pelas sociedades com mais poder econômico, pois para organizar uma festa é necessário um grande tempo de dedicação das pessoas, um afastamento de suas ocupações diárias. Isso significa a perda de um tempo gratuito e inteiro e, numa economia de produção, isso é extremamente desvalorizado, significando uma diminuição de lucro, por isso, as festas são patrocinadas por empresas ou pessoas que têm interesses políticos, de marketing ou de controle social.

Devido a essas questões a conotação das festas muda conforme o interesse e manipulação dos grupos. Muitas vezes perde seu caráter comunitário e passa a ser um evento artificial, manipulado por grupos com interesses bem específicos, geralmente políticos, e que servirão para reforçar um ideário.

No mundo capitalista, as festas populares não são valorizadas por serem fontes de lucro, por esse motivo, os países diminuíram os feriados atrelados as festas, criaram comissões internacionais com o objetivo de unificar as datas festivas fazendo com que elas deixassem de ser comemoradas em dias úteis, para não prejudicar o comercio e as indústrias. Há ainda as festas que são populares de algumas regiões do país, e, atraindo muitos turistas, sendo amplamente patrocinada, contaminada por aspectos capitalistas, e vendida como algo essencialmente cultural.

A Igreja católica, no Brasil, se adaptou a essa mentalidade capitalista e organizou o seu calendário litúrgico de modo que certas festas fossem adiadas para o domingo seguinte. Dessa maneira, a festa que representava o extraordinário é ordenada, controlada e desvalorizada.

No estudo de Barros (2002), as festas foram analisadas em momentos em que o povo encontrava sua dignidade, e mesmo que oprimido, mesmo vivendo em situações degradantes, tal como ocorrera durante o período de escravidão, conseguia se organizar, se expressar e dar voz às suas angustias e às suas aspirações. É dessa maneira que os aspectos de uma cultura se contaminam com os de outra cultura, de modo que ocorre uma mescla de elementos culturais entre escravos africanos, brancos cristãos, indígenas, etc.

Um exemplo é a organização das comunidades afro-brasileiras em relação as suas festas religiosas. O ano de atividades nos terreiros é realizado baseado nas festas, que organizam o tempo, a partir do ponto de vista religioso. O ano é composto por um ciclo de festas e o calendário das datas festivas é criado a partir da combinação do calendário africano e do calendário cristão católico. Algumas festas da Umbanda e do Candomblé saíram dos ambientes dos terreiros para ganhar o público, tornando-se parte do folclore brasileiro, como a “Lavagem do Bonfim” e a passagem de ano (BERKEMBROCK,2002).

O estudo de Brandão (1973) aponta para festas no âmbito sociológico. O autor explica, nesse livro, sobre a importância de compreensão do fato folclórico como algo maior do que um folguedo popular, pois está implícito os modos simbólicos das pessoas estabelecerem comunicação entre si, seus santos e deuses. É também um modo que a sociedade encontra para compreender suas contradições. Para Brandão (1973), é a partir dos rituais que o povo consegue se organizar para cultuar os seus padroeiros e redescobrirem sua própria identidade.

> A rede de relações entre participantes da Festa transporta para um campo de atuações simbólicas uma estrutura de modos de participação igual à da sociedade, aquela que ela organiza para produzir os seus bens e reproduzir as relações entre seus produtores sociais. (BRANDÃO, 1973, p.60).

Brandão (1973) e DaMatta (1978) dialogam ao se referirem às festas como a identidade de um povo. DaMatta (1978) aborda aspectos sobre os caminhos que tornaram a sociedade brasileira diferente e única a partir da análise crítica do mundo cotidiano, por meio do estudo *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, e apresenta uma concepção de festa como momento de suspender o tempo, da oportunidade do mundo ser reconstruído e da liberdade de expressão ser vivida plenamente.

> Essas praças e adros, dados pelos Carnavais, pelas procissões e pelas malandragens, zonas onde o tempo fica suspenso e uma nova rotina deve ser repetida ou inovada, onde os problemas são esquecidos ou enfrentados; pois aqui- suspenso entre a rotina automática e a festa que reconstrói o mundo. (DAMATTA, 1978, p.15-16).

A associação efetuada entre determinados tipos de festas ou comportamentos festivos à identidade de uma determinada população foi abordada também por Amaral (1998), ao tratar de algumas festas como a *Oktoberfest* de Blumenau, da "Nossa Senhora da Achiropita" e de "Peão de Boiadeiros", de Barretos, a festa de "São João" e do "Boi-Bumbá", de Parintins, as festas do "Divino Espírito Santo" e o "Círio de Nazaré", em Belém do Pará. A autora explica que a relação estabelecida entre o caráter do brasileiro e a festa aponta para a concepção precipitada de certa alienação, certa displicência e tendência ao descaso com a lei e a ordem do país. Entretanto, essas festas retratam aspectos culturais bem definidos que reforçam valores regionais, indicam comportamentos que devem ser estimulados pela população e fundamentam a união das pessoas em torno de um bem comum, seja a fé, a vida comunitária ou o apego a cultura do homem do campo.

A hipótese aventada pela autora, nesse trabalho, é que as festas ocupam um espaço privilegiado da nossa cultura adquirindo significados particulares, "[...] tendo sido, desde o período colonial, um fator constitutivo de relações e modos de ação e comportamento, ela é uma das linguagens favoritas do povo brasileiro. " (AMARAL,1998, p.7). Segundo a autora a festa "[...] é capaz de, conforme contexto, diluir, cristalizar, celebrar, ironizar, ritualizar ou sacralizar a experiência social particular dos grupos que a realizam. " (AMARAL,1998, p.7-8),

Além disso, a festa constitui-se um modo de se resolver, no plano simbólico, algumas das contradições da vida social, podendo até mesmo, ser considerada uma dimensão de aprendizado da cidadania e apropriação de uma história por parte do povo, contrariando a ideia de alienação que a envolve.

A segunda hipótese de Amaral (1998) diz respeito à análise das potencialidades da festa brasileira relutantes da sua produção constante e das práticas que a mesma ensaia. A festa, longe de ser um fenômeno de distanciamento da realidade, é uma forma de estabelecer a mediação entre a utopia e a ação transformadora, "[...] pois através da vontade de realização da festa

muitos grupos se organizam, em nível local, chegando até mesmo a crescer política e economicamente, mesmo que em modo local. ” (AMARAL, 1998, p. 8). A festa passa, dessa forma, de uma organização primária a uma instituição oficial. A terceira hipótese é a de que as festas vêm se tornando um excelente negócio mediante o forte apelo turístico, consumista e aglutinador de pessoas que lhe é peculiar.

Nas festas, de uma forma geral, a ordem vigente tanto pode ser reproduzida como invertida dependendo do grau de poder que o povo detém em tais situações. Por estar inserida numa lógica sociocultural a festa é o momento de expressão de carências, aspirações e disputas pelo poder. Essas tensões produzem novas sínteses, capazes de reinterpretar os símbolos já utilizados nas festas. Tais sínteses de sentido não são puras, mas se apresentam continuamente ameaçadas e contaminadas, e se constroem na medida em que o povo reconhece e assume a contradição social. Percebe-se, neste sentido, uma contradição nas festas populares, que ora pode legitimar a ordem dominante, ora pode promover a reorganização social a partir dos dominados (RIBEIRO JÚNIOR, 1982).

Outra interpretação acerca das festas e das sociedades é proferida por Duvignaud (1983). O autor radicaliza a teoria da festa, e aponta a festa não apenas como uma negativa de regeneração ou de reafirmação da ordem social vigente, mas, como a representação da ruptura, da anarquia total e do estabelecimento de um poder subversivo, negador. Duvignaud (1983) sustenta a ideia de que o poder da festa não é exclusivo de uma cultura ou outra, mas perpassa todas elas, como um grande movimento destruidor. A festa, para esse ator, evidencia a “[...] capacidade que têm todos os grupos humanos de se libertarem de si mesmos e de enfrentarem uma diferença radical no encontro com o universo sem leis e nem forma que é a natureza na sua inocente simplicidade. ” (DUVIGNAUD, 1983, p.212). Esta capacidade estaria, hoje, sendo “vencida” pelo modo de produção capitalista e pelo crescimento industrial.

Dessa forma, o potencial regenerativo e pedagógico, implícito e não-formal, das festas do povo, de acordo com Ribeiro Júnior (1982), estaria na (re) elaboração efetuada das histórias, utopias, opressões que são vivenciadas pela população e recriadas nas mesmas. Algumas agências fazem uso dessa “recriação” de forma mais eficaz que outras. Por exemplo, a escola, enquanto agência

educativa, usa métodos mais formalizados, para questionar o poder social por meio das festas. Enfim, nas festas, o arbitrário cultural dominante é avaliado, ridicularizado e pode mesmo ser invertido. “A festa será uma ação pedagógica tanto mais tradicional quanto mais conseguir manifestar, recuperar, sintetizar um capital cultural que faz parte do repertório de experiências do povo. ” (RIBEIRO JÚNIOR, 1982, p. 43).

Convém assinalar também que,

> A festa é uma forma ritual, tradicional, de inculcação dos princípios pedagógicos elaborados pela cultura do povo e que formam um ´*habitus*-de-ser-povo´. Este é reforçado através de uma pedagogia implícita que mais vive do que tematiza seus princípios. A festa é uma verdadeira ação pedagógica, que integra sanções, autoridade e um modo específico de inculcação. (RIBEIRO JÚNIOR, 1982, p. 43).

A ação pedagógica da festa popular pode ser evidenciada de duas formas. Primeiramente pode ser uma festa-para-o-povo, em que este comparece como multidão, sendo-lhe reservado um papel passivo. Nessas ocasiões sua cultura é pasteurizada, são pinçados apenas elementos exóticos ou então; secundariamente pode ser uma festa-do-povo, na qual o povo é dono da festa e nela expressa livremente trabalhando sua condição de oprimido e vislumbrando possibilidades de uma vida que ainda não existe.

Portanto, percebemos que a festa serve para revelar comportamentos do sujeito, inculcar culturas, desmascarar modelos opressivos, reconstruir e destruir mitos e ironizar poderes. Assim, dialeticamente, a festa tem um caráter conservador e anárquico, controlador e libertador, alienador e pedagógico.

1.3 O contexto histórico, político e educacional no Brasil nos anos da Primeira República

As festas podem refletir os acontecimentos políticos, econômicos, religiosos de cada momento histórico, e por isso, ao delimitarmos o período da pesquisa a partir de 1890, se faz pertinente compreendermos o contexto histórico, político e educacional no Brasil nesse momento.

Cândido (2007) afirma que o estudo das festas escolares não pode ser realizado sem a discussão do que elas significaram no tempo republicano para a

constituição do sistema público de ensino paulista, principalmente com a criação dos grupos escolares, e da organização dos calendários específicos para as escolas e dentro destas datas comemorativas. A educação neste contexto histórico-cultural teve seu papel hiperdimensionado. Ela foi concebida como a mais poderosa "arma" para a concretizar o progresso e o desenvolvimento econômico, político do país, constituindo-se o signo de instauração da nova ordem social e política, o sinal da diferença que se pretendia instaurar entre o Império e a República.

Para o governo republicano, educar o povo era um dever e um interesse, pois só seria independente o indivíduo que tivesse o espírito culto e livre, sendo a educação garantia de liberdade, essencial para a existência da República. Fazia-se importante desenvolver na criança o hábito de aproveitar o tempo e ter o amor ao trabalho. Para formar novos cidadãos, o ensino deveria ser completo, para todos os conhecimentos indispensáveis à vida, já que o viver na sociedade envolvia contingências de toda sorte de noções científicas. Além das disciplinas escolares, as escolas seriam responsáveis pelo ensinamento de regras específicas não presentes no âmbito familiar e social (DUSSEL, 2000). Segundo Carvalho (1989), os conhecimentos científicos ministrados na escola deveriam ser a base da educação, já a educação cívica deveria garantir a unidade política do país inculcando em todas as crianças ideias e sentimentos à própria existência da nacionalidade.

Findada as duas primeiras décadas do século XX, o que se tem é uma crise do modelo paulista que se devia às motivações políticas, sociais e econômicas que confluíram para o chamado "entusiasmo pela educação". Daí porque Gallego e Cândido (2007) afirmarem que depois dos primeiros anos da República, o entusiasmo pelas festas escolares arrefeceu-se. Assim, cabia aos novos reformadores expandir a escola "nacionalizando" as populações operárias rebeldes à ordem república, com urgência e não muitos recursos, diferentemente do começo do século XX, sendo que o analfabetismo é tido como marca da inaptidão do país para o progresso. Portanto, o analfabetismo aparece como a "questão nacional por excelência" – o imigrante, de quem os republicanos históricos esperavam o aprimoramento da raça brasileira, passa a ser visto como ameaça nacional (impacto das greves operárias de 1917 e 1918). Assim, a fim de se buscar a extensão da escola, com menores investimentos às populações

marginalizadas é implantada em São Paulo, em 1920, a Reforma Sampaio Dória: marcos spencerianos de uma educação intelectual, moral e física – incorporava as metas das ligas nacionalistas, as quais mobilizavam as classes médias, desde a década de 1910, em torno do alistamento eleitoral e do voto secreto, como combate às oligarquias e num esforço de republicanizar a República – redução da escolaridade primária obrigatória de quatro para dois anos- como aprender a ler e a escrever, educação inicial dos sentidos, no desenho, no canto e nos jogos; educação inicial da inteligência no estudo da linguagem, da análise, do cálculo e nos exercícios de logicidade; educação moral e cívica, no escotismo, adaptado à nossa terra e no conhecimento de tradição e grandezas do Brasil; e, educação física inicial, pela ginástica. A Reforma Sampaio Dória (1920) – Estabelecida pelo Decreto 1750 de 8 de dezembro de 1920 e revogada em 1925 cujos objetivos eram de moralização e vigorização da raça; sucesso da política de um ensino básico de dois anos- eficácia do método de intuição analítica- que atribui a origem primária da capacidade de conhecer é contato da inteligência cognoscente (exercício das faculdades perceptivas –suficiente em dois anos, segundo a Reforma) com as coisas a conhecer- invertia o programa de Caetano de Campos, para quem o ensino- base da formação do cidadão republicano- deveria ser um ensino longo e enciclopédico- levasse o aluno a reproduzir, em seu percurso e aprendizagem, a evolução do conhecimento humano; Controle e padronização dos procedimentos: Unificação e centralização das diversas instituições de formação de professores pelo padrão das Escolas Normais Secundárias (formação acentuadamente pedagógica); Reforço da inspeção escolar; Criação das Delegacias regionais de ensino; Tomadas de decisões com base em informes técnicos (ex: dados do Censo Escolar). Mesmo sendo incompreendida, tal Reforma era fruto de significativa compreensão da natureza política do processo de escolarização primária –fomenta a discussão: educação – cidadania – República, trinômio indissociável, desde o início da República e para os republicanos históricos, porém, para esses últimos, tal trinômio não era aplicado aos negros recém libertos e a todo um contingente de mestiços sem lugar no mercado de trabalho que se formava. A Reforma de 1920 foi uma resposta à solicitação de Oscar Thompson ao problema do analfabetismo e não pode ser dissociada da militância tanto de Thompson quanto de Dória da Liga Nacionalista

de São Paulo. Arriscou-se, com a Reforma de 1920, dar uma resposta pedagógica a um desafio político- ganhou ares, segundo Nagle (1978) de “um programa mais amplo de ação social num restrito programa de formação”. Dilema que a Reforma instala: ensino primário incompleto para todos ou ensino integral para alguns. Para Nagle (1978), as disputas nos anos posteriores passariam pela ideia da ênfase técnico-pedagógica dos “especialistas da educação”, contrariando a iniciativa de cunho fundamentalmente político, marcando o que denominou de “otimismo pedagógico” e do aparecimento do “técnico” em educação, com a consequente segregação das formulações pedagógicas em um domínio especializado. Entretanto, Carvalho (2007) contesta essas afirmações, pois para ela as iniciativas dos educadores na década de 1920, contra a Reforma Sampaio Dória, não foram sempre de natureza “técnica”. Segundo Carvalho (2007, p. 232):

> É interessante distanciar da leitura de Nagle, propondo o “entusiasmo pela educação” como projeto modernizador que se transforma, no decorrer dos anos 20, sob o impacto desse interesse em estruturar mecanismos de controle do quotidiano das populações pobres dos grandes centros urbanos.

Dessa maneira, para Carvalho (2007), se aprofunda a compreensão da natureza política do processo de escolarização primária. Também, o movimento escolanovista aprofunda a compreensão das bases do método intuitivo difundido no início do século XX, que privilegiava a educação dos sentidos e da sensibilidade, que propiciavam um melhor desenvolvimento das capacidades intelectuais.

As festas puderam contribuir com a República a partir do momento em que foram consideradas ocasiões privilegiadas para a concretização do ensino cívico, não só para a população escolar, mas também para pais e professores que acompanhavam tais eventos. Desde então, as festas ganham sentidos distintos relacionados às suas funções.

A educação foi objeto privilegiado de festas reunindo vários países, como no caso das Exposições Internacionais, realizadas no período entre 1862-1922. Essas exposições, de acordo com Kuhlmann Jr. (2001), prestigiaram a educação como um signo de modernidade, difundindo um conjunto de propostas nessa área, que abarcou desde materiais didáticos a métodos pedagógicos para diferentes instituições de ensino, da creche ao ensino superior. A educação como símbolo de

modernidade apareceu pela primeira vez na Exposição de 1854 que aconteceu na Inglaterra, mas foi em 1863 que o tema passou a ganhar maior destaque. O Brasil incorporou as questões educacionais em sua preparação para a Exposição de 1867, solicitando às províncias que enviassem informações sobre a legislação escolar, preceitos e sistemas de educação, material escolar e instituição de ensino; educação especial para cegos, surdos, mudos, idiotas e loucos (termos utilizados na época mencionada); ensino das ciências naturais e físicas; educação industrial de arte e ofícios, bibliotecas estatísticas e relatórios.

Segundo Kuhlmann Jr. (2001), na Exposição pedagógica de 1830, as salas dos colégios particulares brasileiros apresentaram os materiais mais modernos semelhantes aos que estavam sendo utilizados nos países europeus, demonstrando sua capacidade de acompanhar o grande desenvolvimento que ocorria no mundo europeu e norte-americano com relação ao ensino, tanto nos aspectos materiais como nas propostas metodológicas. Nas questões formuladas para o Congresso e nos motes das conferências, "[...] havia muitas referências ao ensino primário público e à educação popular. Mas as medidas para o ensino superior e secundário eram o foco privilegiado, beneficiando as elites enquanto quase nada se fazia para o conjunto da população. " (KUHLMANN JR, 2001, p. 107). O Brasil se fazia representar nestas Exposições por meio de trabalhos de agulha, bordados e flores de penas, livros de ensino feitos por alunos de nossas escolas, bem como os desenhos enviados pelo Liceu de Artes e Ofícios, álbuns, manuais do Instituto dos Meninos Cegos, e a coleção fotográfica dos nossos edifícios de educação. Além disso, alguns uniformes da marinha e do exército figuraram na galeria dos vestuários históricos.

CAPITULO 2 - ASPECTOS DAS FESTAS ESCOLARES NO BRASIL: UMA ANÁLISE DESCRITIVA, A PARTIR DOS ESTUDOS ACADÊMICO-CIENTÍFICOS SOBRE A TEMÁTICA

Vai ter uma festa
que eu vou dançar
até o sapato pedir pra parar.
Aí eu paro
tiro o sapato
e danço o resto da vida

Chacal

Neste capítulo apresentamos resultados de uma análise descritiva das teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos indexados às bases de dados os quais foram localizados e que abordam a temática das festas escolares no Brasil desde o surgimento da escola moderna para pensarmos os aspectos das festas escolares e desenvolver uma análise de caráter interpretativa, à luz do referencial teórico da pesquisa, ou seja, à luz da Teoria Crítica.

2.1 As festas escolares entre 1890 e 1930 como vitrines dos ideais republicanos: Pela República, pela Pátria e pela Felicidade

Os trabalhos analisados evidenciaram as festas escolares no período entre 1890 a 1930 como uma espécie de vitrine dos ideais republicanos. Os trabalhos acadêmicos que abordaram as festas escolares nesse período histórico são: Candido (2007), Gallego e Candido (2006), Chaves (2009), Gérken (2009) e Cardoso (2010).

O trabalho de Cândido (2007), intitulado *Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930),* se trata de uma dissertação de mestrado em educação. Teve como objetivo investigar as festas escolares e o seu papel no processo de constituição de um sistema público e estatal de ensino, bem como a sua contribuição para a disseminação de um ideal de escola e de sociedade republicana, no período compreendido entre 1890-1930. Além desse trabalho, Cândido também escreveu, junto a Gallego (2006) um artigo intitulado “A

integração de feriados, festas e comemorações cívicas no calendário das escolas primárias paulistas-uma discussão sobre seus sentidos (1890-1930) ”. Esses trabalhos retratam do período da Primeira República, e, portanto, apontam as aspirações da República para a educação.

Cândido (2007) aponta que as festas escolares colaboraram para a consolidação do sistema de ensino público paulista. Elas fizeram parte das quatro principais organizações de ensino primário, a saber: as escolas isoladas (com um único professor e alunos de diferentes idades e níveis de ensino no mesmo espaço), as escolas reunidas (que não tinham número de alunos suficientes para se tornarem grupos escolares), as escolas-modelo (criadas pela reforma de 1890) e os recém-criados grupos escolares (criados em 1893), considerados a expressão máxima do progresso republicano no âmbito educacional.

Candido (2007) mostra que a escola estava se constituindo como o local privilegiado para a formação dos futuros cidadãos e as festas contribuíram para tal intento já que foram consideradas ocasiões nas quais a sociedade poderia comprovar os benefícios das instituições de ensino como o melhor lugar para a educação dos alunos, considerados o futuro e a garantia do progresso social do país. A festa tinha o poder de disseminar os valores da escola e da política dominante, mas também possuía uma finalidade social que era mostrar para população o bom cumprimento das suas funções educativas.

A escola tinha o objetivo, além do desenvolvido intelectual dos alunos, contribuir para o seu desenvolvimento físico e moral. As festas constituíam-se em oportunidades para a comprovação dos avanços alcançados pela escola no desenvolvimento das crianças, e era durante as festas que os estudantes demonstravam estes avanços apresentando bons desempenhos nas sabatinas, nas apresentações de ginásticas e nos torneios esportivos, inclusive, os hábitos de higiene eram exigidos dos alunos, os corpos também recebiam destaque, principalmente nas apresentações de ginástica, nos torneios esportivos e nos desfiles pelas cidades, como se notou nas fotografias e nos periódicos analisados por Cândido (2007).

Além de serem momentos importantes para o aprendizado dos conteúdos, do civismo, da higiene, as festas escolares também visaram estabelecer princípios da educação estética da população. A educação estética refere-se às mais variadas

formas de expressão artística, tais como canto, dança, música, literatura, teatro e trabalhos manuais, bem como às formas de educar para produzir uma emoção estética. As festas deveriam dar visibilidade à modernidade, consolidar no espaço urbano novas atitudes e valores, como a elegância, os bons costumes, o patriotismo, a civilidade, entre outros. As cidades precisavam ser percebidas não somente como locais de trabalho e de deslocamento, mas também de culto à pátria, de comunhão cívica, da recepção estética, do cultivo ao belo, da harmonia e da ordem.

Ao longo do estudo, Candido (2007) observou que no último momento, quase no final do período delimitado para estudo, houve a presença de novos tipos de festas, intituladas festas da natureza, na qual eram celebradas as festas referentes as árvores e as aves como expressão da pátria brasileira e da sua riqueza natural. Essas novas modalidades de festas evidenciam que as mudanças temporais, sociais, políticas e religiosas afetam a comunidade escolar e a extrapola, ou seja, as mudanças não ficam restrita ao âmbito escolar, formando somente os indivíduos da escola, mas também tem a capacidade de penetrar, moldar, e modificar a cultura da sociedade global, como disse Chervel (1990).

Isso pode ser observado no caso das festas cujo propósito inicial era mostrar o desenvolvimento admirável e real das crianças educadas nas primeiras escolas públicas paulistas e que depois de algum tempo teve seu propósito inicial transformado em outros objetivos. Candido (2007) citou as principais festas encontradas nos documentos, e as citaremos aqui para ilustrar como se davam as datas festivas no calendário da escola nesse período:

- 21 de abril, consagrado à comemoração dos percursos da Independência do Brasil, personificado na figura de Tiradentes;

- 3 de maio, consagrado à comemoração da descoberta do país;

- 13 de maio, consagrado à comemoração da descoberta do país;

- 14 de julho, consagrado à comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos;

- 7 de setembro, consagrado à comemoração da Independência do Brasil;

- 15 de novembro, consagrado à comemoração da proclamação da República, e

- 19 de novembro, festa da Bandeira.

Notamos a partir desse trabalho o quanto que os ideais republicanos influenciaram a educação. A mensagem implícita nas atividades escolares, tais como as festividades, lições, os textos dos livros e leituras, era aquela da ideologia Republicana. Este sistema era repaginado como a única fonte de virtude, capaz de homogeneizar (quase) todas as diferenças e, sendo o único regime que conferiria igualdade política, permitiria a qualquer homem, mesmo os de origem humilde, chegar a presidência do país ou à propriedade de uma fábrica. Contudo, ao mesmo tempo em que a República garantia formalmente a igualdade política, ela também legitimava uma prática de manutenção da desigualdade, os ex-escravos e as classes trabalhadoras de imigrantes, por exemplo, constituíram presença incômoda nos centros urbanos, mas para estes a educação também seria a solução.

Candido (2007) concluiu que as festas estiveram associadas no mesmo contexto sócio histórico em dois planos distintos que estavam em íntima relação. A sociedade definia para a escola o que deveria ser ensinado e qual deveria ser a formação do indivíduo, a instituição escolar, por sua vez, apropriava-se desses objetivos, transformando-os de acordo com suas interpretações e possibilidades. A relação entre as festas escolares e o sistema político vigente pôde ser evidenciada na celebração dos ideais republicanos, seja através da escolha de datas e temas que deveriam ser comemorados, seja a partir de momentos do próprio ritual festivo, como as homenagens, os cantos, os hinos, as poesias declamadas pelos alunos. Além de indicar as pessoas e os fatos que deveriam ser relembrados e comemorados nas escolas, fora organizado um calendário próprio para a instituição de ensino no qual constavam as datas cívicas a serem celebradas obrigatoriamente por todos os estabelecimentos de ensino, pelo Decreto nº 155-B em 14 janeiro de 1890.

Segundo Gallego e Candido (2006), o detalhamento do calendário escolar, as publicações de quadros, horários modelo, e especialmente, a determinação dos dias de festa e comemorações nas escolas integram os esforços de se construir um sistema de ensino homogêneo, consoante com os novos ideais de difusão do ensino, além de ser uma das formas encontradas para se obter um controle mais acentuado sobre as atividades da comunidade escolar no momento da organização do sistema escolar estatal. Com a gradativa estruturação do tempo

escolar, as atividades dos professores e alunos passaram a ser cada vez mais reguladas e estes foram submetidos a uma nova relação com o tempo, a exemplo do estabelecimento dos dias e horários que as escolas deveriam ou não funcionar já que até a criação das escolas graduadas, as atividades escolares tinham um fluxo constante. Alguns feriados deviam ser festejados pelos professores e crianças compondo as comemorações escolares. Festas estritamente escolares também foram estabelecidas, como as festas das árvores e das aves. Considerando-se o estabelecimento de um sistema de ensino primário público e do regime republicano, as festas, entre outras coisas, acabaram constituindo um modo de construir e difundir referências e símbolos nacionais não só entre os estudantes e professores como também na sociedade de modo geral, integrando, assim, a memória coletiva nacional. As autoras ressaltaram que as festas foram organizadas para unir o povo a um ideal representativo do ideário dominante, conquistar a adesão do mesmo para as novas propostas políticas e consolidar a nova ordem social. A festa, segundo as Gallego e Candido (2006), foi um instrumento utilizado para forjar uma cultura de tradição, uma memória coletiva, instaurar sentimentos ainda inexistentes, educar a memória, construir uma identidade social e transmitir valores. As comemorações exploravam o caráter constituinte e fundante da memória do passado próximo, rompiam a rotina, embora também existisse um programa a ser seguido e planejado previamente.

As festas, celebrações e comemorações ritualizavam um modo de estruturarem a percepção e o comportamento, atribuindo um significado aos eventos que moldavam a memória coletiva.

Além disso, o calendário escolar, ao eleger e selecionar datas a serem festejadas, homens a serem considerados heróis, indicava o que deveria ser lembrado e, consequentemente, o que deveria ser esquecimento. Para tanto, heróis eram criados e repaginados. Mitos cultivados e reformulados. Era necessário desencadear emoções, encontrar símbolos dos fatos que se desejada recordar e provocar sentimentos para que as crianças e, quiçá o restante da comunidade escolar, aderissem a eles com a devida paixão. Era preciso que o povo amasse a pátria, seus heróis, comemorassem a era republicana: hinos, hasteamento da bandeira, pavilhão escolar, reprodução de símbolos, narrativas históricas, encenações de atos de bravura eram incentivados no espaço escolar. Desse modo,

as comemorações cívicas demonstram a inserção do tempo escolar no tempo social.

Segundo Cândido (2007), as festas cívicas deveriam ensinar as crianças e a população, conteúdos relacionados ao novo regime político, além das normas, valores e comportamentos condizentes como o ideal de um bom cidadão para a República. Além disso, eram consideradas momentos oportunos para ensinar conceitos abstratos como patriotismo e nacionalismo, principalmente nas comemorações que buscaram celebrar a natureza, comparando-a coma própria pátria brasileira. Cuidar e amar a pátria assim como se deveria cuidar e amar a natureza era um dos conhecimentos específicos das festas das árvores e das aves, que aconteciam nas escolas paulistas nos meses de setembro e abril, respectivamente.

Desse modo, as festas escolares ocorridas no período da Primeira Republica serviam como um veículo ideal de propagar os ideais do regime político vigente, e, ao longo dos anos, percebeu-se que as festas foram naturalmente sendo reinterpretadas pelos atores escolares, e adquirindo outros significados. Assim como já dissera Ozouf (1986), as festas são como maquinarias, pronta para serem montadas e desmontadas, segundo a necessidade e as aspirações de cada momento. Gallego e Candido (2006) notaram que depois dos primeiros anos da República, o entusiasmo pelas festas escolares arrefeceu-se, ao encontro das afirmações de Carvalho (2007). As festas ainda eram registradas em artigos e fotografias, mas sem a ostentação de outrora e passaram a ser contestadas por alguns educadores que questionavam seu caráter educativo e apontavam seu caráter perturbador no campo educativo. Assim, podemos perceber que os elementos que compõe a cultura escolar em um mesmo contexto histórico pode ser percebido de diversas formas, com sentidos distintos. E, se as festas foram importantes num primeiro momento para a consolidação dos ideais republicanos e para dar visibilidade à escola pública, em um momento posterior esta função é contestada e assume outros sentidos não tão evidentes a aquilo que nos mobilizou inicialmente.

Ainda no período histórico da Primeira Republica, o trabalho de Chaves (2009) evidencia aspectos sobre as festas escolares no norte do estado de Minas Gerais. Podemos notar que as pretensões em relação as festas eram as mesmas que

no estado de São Paulo. Chaves (2009) menciona a importância dos grupos escolares para promover a reorganização do ensino e a modernização da sociedade através da racionalização do ensino público primário. No início do século XX, as festas foram destacadas como ocasiões que fortalecia o pensamento em relação à educação estética e à comunicação direta da escola com a sociedade. As festas escolares foram abordadas na Reforma nos Programas do Ensino Primário. A preocupação com o desenvolvimento das festas escolares, além de reforçada na legislação, é valorizada e direcionada para um trabalho integrado.

O movimento escolanovista, aprofundando as bases do método intuitivo difundido no início do século XIX, privilegiava a educação dos sentidos e da sensibilidade, que propiciavam um melhor desenvolvimento das capacidades intelectuais. Isso fazia parte do projeto de modernização, que visava a construção de um novo tipo de homem, e isso exigia uma educação do sentimento, a qual encontra sua realização na arte, a superação das tradicionais dicotomias entre o corpo e o espírito, o intelecto e o sentimento, o conhecimento e a habilidade. A liberdade de criação permitiria uma reaproximação com a cultura dos clássicos gregos é de onde vem as experiências mais plenas da harmonia e do equilíbrio entre a razão e a emoção, entre a individualidade e a coletividade, capazes de integrar, por meio da arte, este homem novo. No contexto republicano brasileiro, o despertar para a civilidade não se faria apenas com a abertura de escolas, mas com uma educação estética que envolvesse habilidades manuais, a educação das mulheres para o lar, o contato com a literatura brasileira, os cantos, a dança, que seriam resgatados e valorizados no cotidiano das salas de aulas, nas festas escolares, nas festas da cidade, bem como no estilo neoclássico das grandes edificações, da escola e da cidade.

Uma educação estética para a população escolar visava, segundo Chaves (2009), uma produção de um sujeito autônomo, racionalizado e capaz de identificar os valores da harmonia social coletiva. Esses valores englobavam o patriotismo e a recepção estética do cultivo do belo, da harmonia e da ordem. Não bastaria somente a abertura de escolas para despertar a civilidade almejada; era necessário que o povo tivesse acesso a essa educação estética, que regeria as mudanças no interior dos sujeitos.

Desse modo, as festas constituíram o foco da disseminação da modernização. Criou-se uma tradição de vitrines do poder, dentro desta nova cultura escolar, que buscava a interação cultural com a sociedade. A comoção popular com esses eventos e com a expressão artística dos alunos refletia a consolidação dos ideais republicanos de uma nação sensibilizada pelo belo, pelo elegante, pelo culto e pelo harmônico.

Portanto, a escola primária tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanos: por isso, os grupos escolares tornaram-se um símbolo. A festa era uma espécie de vitrine daquilo que a escola oferecia, e "Era preciso torná-los evidentes, exibi-los, solenizá-los" (CHAVES, 2009).

Segundo Chaves (2009), portanto, as festas escolares foram um veículo para disseminar uma formação identitária republicana também nos programas de ensino de Minas Gerais. A emoção presente nas festividades mobilizava as cidades e gerava uma centralidade no Grupo Escolar como veículo de referência social.

Gérken (2009) também realizou um estudo sobre as festas nas escolas públicas primarias mineiras. A autora restringiu seu estudo dos anos 1906 a 1937 por compreender um período marcado por duas significativas reformas educacionais, a saber, a Reforma de João Pinheiro e a Reforma Francisco Campos, que estabelecia os pressupostos de uma nova postura educativa, chamada de Escola Nova, sendo sua principal característica teórico-prática, a configuração do aluno como elemento central do processo de aprendizagem. Embora estivesse presente os aspectos históricos que citamos anteriormente nos demais estudos que compreendem o mesmo período, Gérken (2009) aponta as questões lúdicas contidas nas festas, a começar por compreender o significado da palavra festa, que origem latina – *festum* - se remete à reunião alegre para fim de divertimento; conjunto das cerimônias com que se celebra qualquer acontecimento; solenidade; comemoração, dia santificado, de descanso, de regozijo; comemoração litúrgica; solenidade da Igreja; romaria; alegria, jubilo, trabalheira, cuidados, barulho. Já a palavra comemorar, também de origem latina – *commemorare* – remete a eventos que tem o poder de trazer questões à memória; fazer recordar; lembrar; solenizar; recordar; festejar, celebrar.

Gérken (2009) e Veiga (2000) compreendem as festas da escola como a festa da ordem. As festas escolares ao buscar a emoção das crianças, pela ordem e pelo belo, acabaram por impor um padrão, tornando assim uma experiência que se pretendia estética em uma caricatura que inibe a expressão de um sentimento próprio do sujeito e reforça um comportamento artificial, padronizado e burlesco Veiga (2000).

Porém, ainda que as festas caiam na repetição e no padronizado, Gérken (2009) propôs pensar na ludicidade e nos entrelaçamentos entre o jogo e a festa, de outra forma. Influenciada não apenas pelas leituras de Huizinga (1996) e Duvignaud (1983), mas também por Bakhtin (1987), sobre as apropriações que os diferentes sujeitos têm sobre uma determinada experiência, para Gérken (2009) havia de se colocar outra lente para ver não apenas essas apontadas nas pesquisas sobre as festas escolares que evidenciam discursos instituintes da modernidade e da República.

Gérken (2009) apontou para a "festa da boneca" em meio a tantas festas de ordem cívica. Desse modo, para ela, havia o lúdico presente nessas festas para além de uma festa da ordem apenas. Era possível ver que as festas para a República se esgotaram num certo momento histórico e a escola necessitou recriar, reinventar novos objetos dignos de festas, assim como já apontamos nos trabalhos de Candido (2007) e Gallego e Candido (2006).

Gérken (2009) encontrou a influência europeia nas festas escolares, na data de 14 de julho (queda da Bastilha-França), e o Chá Holandez, o que revela que a festa é porosa aos demais aspectos culturais, sendo capaz de absorver aspectos de culturas distintas. A partir da Reforma Francisco Campos, a escola adotou propostas escolanovistas, e a criança tinha centralidade na educação, com isso, a festa da boneca possibilitava a educação de conceitos religiosos, pois fazia alusão ao batizado, e o ideal de família, de vínculos afetivos, e, por meio da festa da boneca era possível ensinar aspectos importantes para uma nação higiênica e moderna.

Porém é nessa festa, notada pela autora, e especificamente regional, é que a autora persistiu sua investigação a encontrar as f(r)estas, nas festas, trocadilho usado por Cunha (2002).

Para Gérken (2009), as festas foram muito mais do que um instrumento para consolidar uma nação republicana. Ainda que as festas tenham assumido esse papel, ela tomou outras características e pretextos, como foi possível observar nas festas da boneca, que foi introduzida possivelmente, na busca de uma nova efervescência festiva, já que as festas pareciam não mais responder aos seus objetivos. Para completar, Gérken (2009) cita ao longo do seu trabalho, que a escola deveria promover a felicidade ao indivíduo, segundo o Boletim Vida Escolar.[3] Era recomendado levar a alegria para a escola, para que o ensino fosse eficaz e para que houvesse a assiduidade dos alunos. Porém, essas novas roupagens que as festas assumem na pretensão de se perpetuarem, também tem um pretexto, ou a intensão muitas vezes de padronização, higienização tal como a roupagem anterior.

Os aspectos de padronização das festas no período da Primeira República, e as festas como vitrines para exposição dos bem feitos e dos valores republicanos também foram abordados no trabalho de Cardoso (2010) ao retratar aspectos das festas do colégio Liceu Paraibano, nos anos de 1913 e 1914.

Cardoso (2010) tratou da importância da festa para reafirmar e consolidar os princípios republicanos, para saudar os símbolos sagrados da nacionalidade. As festas também era uma maneira de articular a disciplinarização escolar e o espaço da cidade com a formação da modernidade. As festas, segundo o autor, compunham uma unidade do processo que não se assentam sobre uma base qualquer, mas na continuidade com que uma certa transformação provém de outra, segundo uma sucessão ininterrupta. As festas ocorriam na rua porque a rua era lugar de realizações, de manifestações das relações sociais, das diferenças e das normatizações do cotidiano em momentos históricos diversos. As manifestações de rua possibilitam a materialização de todas as transformações ocorridas. E é com as mudanças políticas, econômicas e sociais que deixam de ser “ruas-caminho” e passam a ser “ruas de código de postura”. A cidade de Paraíba do Norte - PB, durante 1910 a 1930, aspirava urbanizar-se, para isso era necessário: sanear, embelezar, iluminar. Neste período e neste contexto, o espaço escolar foi escolhido como palco político de valorização da classe dominante, demonstrada em eventos.

[3] Boletim Vida Escolar (n.7, p.1,1º agosto, 1907)

Foi no início do ano de 1913, que o governo da Paraíba recebeu a letra e a música do hino da bandeira nacional. Os versos de Olavo Bilac foram distribuídos para as escolas locais para serem ouvidos, juntamente com o hino da Independência, o da República e o da Paraíba e serem tocados em dias determinados de cada mês. Os cânticos patrióticos entoados em coros infantis organizados pelas escolas públicas e ao som da música marcial pelas escolas primárias de ambos os sexos, em edifícios apropriados como exercícios de canto e educação cívica. Politicamente isso representava uma saudação aos símbolos sagrados da nacionalidade e honras ao governo que era tido como genuinamente republicano, altruisticamente empreendedor e amigo, que queria fazer do povo paraibano uma nobre força, trabalhando pacificamente pela República e pela Pátria. Durante os primeiros anos da Republica, a cidade da Paraíba tinha uma característica rural, mas recebeu as reformas da modernidade e ganhou uma paisagem urbana, juntamente com instituições sociais da época - cadeia, hospício, hospitais e polícia.

Na área da educação houve adaptação de novos cursos de acordo com as novas necessidades da sociedade. As grandes marchas e as festas anunciavam a formação para a modernidade.

As festas possuíam, além do mais, uma finalidade mais que educativa. Ela influenciava na vida social e política. Por isso, os alunos compareciam nas festas cívicas rotineiramente, mesmo diante das adversidades temporais e juntamente com autoridades do Estado, hasteavam bandeiras nos edifícios escolares, executavam músicas e formavam corais. Cardoso (2010) aponta em seu trabalho que as escolas públicas da Paraíba passaram a ser utilizadas como veículo de propaganda política para o grande público, também servindo para marcar o poder das oligarquias, cujos nomes seriam sempre lembrados por serem os patronos dos prédios escolares, principalmente os grupos escolares. Os grupos eram alocados em prédios suntuosos e marcaram a nova feição urbana que estava em pleno processo de mudança e serviram, por conseguinte, para embelezar e trazer o ar de modernidade, todo investimento estético conferida as festas e aos prédios serviam como vitrines da Republica.

2.2 As festas escolares dos anos de 1930, 1940 e 1950 como espetáculos do poder: celebrações do trabalho e do amor à Pátria, junto às massas

Os anos de 1930 a 1950 foram marcados pelos princípios do trabalho, amor a Pátria e as massas rumo ao progresso do País. Os trabalhos analisados que tratam sobre as festas escolares nesse período foram: Bencosta (2006), que tratou sobre o período entre 1903 a 1971. Porém a ênfase desse trabalho foi dada aos anos de 1930 a 1950, por Vaz (2006) e Frankfurt (2006).

O trabalho de Bencosta (2006), traz dados dos desfiles patrióticos ocorridos na cidade de Curitiba-PR, nos anos de 1903 a 1971, com maiores detalhas do período varguista. Compreende os desfiles patrióticos como uma construção social festiva que manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de uma cultura cívica autoritária, militar e inerente aos seus atores. O desfile representava a união coletiva em torno de um símbolo que reforçava a memória social delimitada em um tempo e um espaço histórico. No período compreendido do trabalho, era privilegiada a data de nascimento de Getúlio Vargas, e fica evidente a cultura cívica varguista, evidenciando a influência direta do Estado sobre as realizações festivas, com o objetivo de inculcar valores e símbolos políticos nos membros escolares e de toda sociedade. Por isso é compreendido neste trabalho que as festas cívicas eram formas que as autoridades tinham para transmitir valores que deveriam ser preservados no espírito infantil e reforçados no futuro.

A esse respeito o Estado assumiu um papel singular: sendo, ao mesmo tempo, ator histórico, pois era elemento representado nas comemorações cívicas, e narrador dos processos que tornaram possível celebrar. Embora essa dupla posição de sujeito seja partilhada por todos os agentes sociais, seria inadequado desconsiderar o poder do Estado em momentos como esses, pois era o Estado quem definia quais acontecimentos deveriam ser fixados na memória da nação, dentre outras ações, pela institucionalização de feriados, além de fornecer os padrões valorativos que deveriam informar a apreensão desses eventos. O Estado, ao selecionar fatos e eventos da história oficial para festejar, não só fazia uma escolha do que deveria ser relembrado por meio das comemorações, mas também construía um certo arranjo que provocava reinterpretações desses eventos, concorrendo de modo decisivo na construção de um tipo de memória social.

A cultura cívica foi responsável por estabelecer leis e decretos que fortaleceram os rituais cívicos a serem cumpridos pelo *universus scholaris*, tais como os dias em que deveriam ser celebradas as festas nacionais e a obrigatoriedade do canto do Hino Nacional em todos os estabelecimentos de ensino e associação de fins educativos existentes no país.[4] Logo, as comemorações de cunho obrigatório e/ou voluntário festejadas pelos grupos escolares revelaram-se também como uma das esferas em que se dava o reconhecimento da memória coletiva.

Nesse trabalho o autor cita a participação da imprensa, no caso jornais e rádios, nas festas cívicas. Além de publicar os preparativos, a imprensa descrevia todo o ritual dos desfiles. Com isso, a imprensa fornecia elementos retóricos que fortaleciam fundamentos cívicos doutrinários, que pretendiam revestir os desfiles como manifestações autênticas de patriotismo.

Portanto, Bencosta (2006) aponta que os desfiles patrióticos se valiam de ideias e conceitos que eram transformados em imagens e símbolos incorporados ao imaginário e transmitidos pelos modos de expressão da cultura cívica, sendo sua referência básica a comemoração, elemento de ordem emocional de bastante efeito. Ao se utilizar desses meios o Estado pretendia inculcar consciências patrióticas aos futuros cidadãos, por meio da profusão de imagens e símbolos e, assim, conquistar o apoio da sociedade, inclusive com a preocupação de organizar calendários normatizadores para a população escolar comemorar suas datas cívicas.

Isso também fora apontado no trabalho de Vaz (2006), que tratou sobre as festas escolares no Estado Novo, período no qual a política e escola estavam muito próximas, com a intenção de construir um ideário nacionalista, para a formação do homem moderno e patriótico.

As festas cívicas que ocorriam nas décadas de 1930 e 1940, com a participação intensiva de trabalhadores, sindicatos, escolas, jovens e crianças e a população, em geral, ocorriam em grandes palcos. Estádios de futebol, as praças e as escolas eram alocadas para essas comemorações, e contavam com uma programação rica em discursos, apresentações artísticas e esportivas,

[4] Decreto nº 19.488, de 15 de dezembro de 1930 (Coleção, 1931/1945) e Lei nº.259, de 1 de outubro de 1936 (Coleção, 1931/1945).

declamações, desfiles laudatórios e outros. As festas invadiram o cenário escolar, e se fizeram presentes tanto nos espaços físicos das escolas (pátios, salas de aula), quanto no material didático (cartilhas, manuais, cartazes, etc.), interferindo diretamente no cotidiano escolar.

Ao demonstrar que houve uma estreita relação entre as festas cívicas e o mundo escolar, Vaz (2006) destacou duas grandes comemorações do período do Estado Novo, que foram: Semana da Pátria e a Festa do Dia do Trabalho. Essas duas festas davam grande visibilidade ao Estado e o espaço da escola era o lugar mais adequado para serem celebradas. Cada qual reafirmava significados e lemas futuristas de desenvolvimento, trabalho e amor à pátria junto às massas. A festa da Semana da Pátria legitimava as ideias referentes ao trabalho e à fé patriótica na infância, sendo a escola uma instância útil e eficaz para a educação da nação, por meio da participação pública das escolas nessas atividades. Especificamente, por ser um período político de reafirmação e estruturação, os discursos e jogos de representações foram acirrados a partir de um viés autocrático.

Com a instauração do Estado Novo, em 1937, como uma forma de garantir espaço no domínio do poder, via uso do autoritarismo político, imagens e discursos foram canalizados e largamente utilizados para a consolidação e a reafirmação de um imaginário coletivo, que se sustentava em ideias e valores já presentes no universo cultural coletivo: conservadorismo, modernidade tecnológica, patriotismo e trabalho, legitimando a cidadania do trabalho construída desde 1930.

Por isso, as festas cívicas nessa época eram como “espetáculos de poder”, em que além de exaltar o poder do Estado, em momentos de exacerbação autoritária, retratavam os símbolos, costumes e tradições que eram apropriados e reapropriados pela sociedade autocrática. Com cunho religioso e salvacionista, as festas cívicas foram de suma importância para se compreender a ressonância no universo cultural e na adesão das massas, escamoteando possíveis conflitos e dissonâncias em relação ao regime autoritário que se instalava e suas formas de manifestação.

Vaz (2006) aponta para o jogo político presente nas festas cívicas que se inicia a partir de sua organização local, os seus convidados, os ritos, etc., e isto revela as iniciativas e referências simbólicas dos elementos que se quer legitimar

ou esquecer, tornando-a um grande teatro político, em que escolhas são feitas a partir dos significados que se quer fundar. Com isso, as escolas se apropriam das festas cívicas com o objetivo de estabelecer e manter valores considerados como importantes.

Nesse trabalho, especificamente, Vaz (2006) apresenta a diferenciação entre festas cívicas políticas e as festas cívicas escolares, uma vez que as primeiras visam atingir a sociedade em geral, e as segundas destinam-se ao público propriamente escolar. Porém, as escolares, num segundo momento tem como objetivo transformar-se em política ou são mediadoras. Além disso, a festa escolar organiza-se e se realiza segundo princípios ligados ao ensino propriamente dito (dado o exemplo da Língua Portuguesa, da História, da Educação Moral e Cívica), embora também a festa política tenha caráter pedagógico. Muitas vezes as festas escolares são influenciadas pelos mesmos rituais e objetivos da festa política. Desta forma a autora apontou em seu estudo que a festa política e a festa escolar se encontram e são adaptadas a partir de seus contextos e públicos, estabelecendo entre si profícuas parcerias, tendo a escola influência sobre a política, e a política sobre a escola.

No Brasil, desde o século XIX já eram realizadas celebrações cívicas, potencializadas principalmente com a proclamação da República. A partir de 1930, o Estado foi progressivamente assumindo o controle sobre a organização das comemorações, principalmente no momento em que a responsabilidade pelo culto cívico e patriótico passou a ser do Ministério da Educação. Com a forte centralização do Estado, acentuada em 1937 com o Estado Novo, as escolas passaram a ter participação ativa nas comemorações cívicas oficiais.

Vaz (2006) aponta que a noção educativa do trabalho perpassava toda a sociedade e, na escola, por ser o lugar formador das novas gerações, a educação pelo e para o trabalho tomava espaço nos investimentos do governo, principalmente por meio dos materiais escolares e extra-escolares. Mesmo que a escola aparecesse mais diluída no espaço público, nas festividades do Dia do Trabalho dava-se ênfase ao tema “trabalho” no interior das escolas e também nos projetos e discursos do governo para a infância e juventude, futuro da nação trabalhadora e patriota. Vaz (2006) aponta que até a década de 1930, as lições sobre o trabalho, com cunho religioso, para a conquista das virtudes do indivíduo

e redenção de si mesmo sempre estiveram presentes nos livros de leitura e de moral e cívica. Após 1930, no Estado Novo sobretudo, além desta conotação, percebeu-se uma crescente referência à criança operária. Era notória a tentativa de "proletarização" da infância, ultrapassando o sentido religioso e virtuoso para o social e econômico.

As programações e apresentações dos alunos na Festa do Dia do Trabalho e da Semana da Pátria eram recheadas. Na festa do dia do trabalho, a participação dos alunos nas escolas é mais formal, com apresentações de redação e declamações, constituindo-se numa solenidade organizada pela escola, com a presença de autoridades. As competições esportivas, eram realizadas após a celebração cívica, e denotavam um clima de maior descontração para o público infantil, além do fundamental papel que a educação física e o esporte representaram no período em voga, pois a robustez era vista como uma "melhor formação da raça".

Durante as solenidades comemorativas do Dia do Trabalho eram inaugurados nos estabelecimentos de ensino homenageados as autoridades do Estado novo, como Getúlio Vargas e Benedito Valadares, para evidenciar a influência direta da política nas comemorações cívicas nas escolas. Ao longo do ano, desenho dessas autoridades eram feitos pelas crianças e publicados nos suplementos infantis, que chegavam a oferecer os moldes de como desenhar o rosto desses políticos e de outras personalidades.

A política envolvia-se intensamente nos projetos educacionais por meio da propaganda, que a partir das festas cívicas, procurava a legitimação de mitos políticos nas escolas. Nas festividades do Dia do Trabalho, eram promovidas matinês com filmes para os alunos de escolas primárias, com a presença também de alunos de outras escolas, como de aprendizes e artífices. Esses filmes eram, geralmente, de temas sacros. O universo cultural de matriz religiosa ajudava a consolidar as ideias sobre o trabalho virtuoso e a necessária submissão e renúncia para conquistar virtudes. As crianças faziam composições com temas de exaltação patriótica da História Nacional, uma profusão de lições com fundo moral explicitamente amparadas na cultura religiosa.

A criança era inserida de todas as maneiras nas festas do dia do trabalho pois havia a preocupação do ideário que se pretendia projetar por meio desta festa,

construindo-se um futuro operariado. Vaz (2006) sublinha que é neste sentido que a escola se exteriorizava, fazendo parte do projeto de difusão do ideário trabalhista do Estado Novo, na valorização do trabalhado e de sua comemoração.

No dia 7 de setembro, a comemoração do Dia da Independência era uma das datas mais celebradas no Estado Novo, tendo a escola como um dos principais centros das realizações festivas. Nessa ocasião, também chamada de Dia da Pátria, as festividades incluíam outros dias da semana, envolvendo a escola, cujo público-alvo eram os jovens e as crianças, constituindo-se assim, na Semana da Pátria. O calendário festivo compunha-se do Dia da Raça, 03 de setembro, do dia das Escolas, 06 de setembro, e do dia da Proclamação da República, 07 de setembro. No dia 7 de setembro, era realizado desfiles. O presidente Getúlio Vargas fazia seu habitual discurso sobre a data, que era mostrada nas mídias, e depois eram realizadas as apresentações artísticas que envolviam temas nacionais, sempre com a participação das crianças. Bandeiras do Brasil e uma ornamentação verde e amarela compunham o cenário de exaltação dos símbolos nacionais.

A data representava, no discurso do governo e da imprensa em geral, um momento em que, por meio da comemoração dos fatos do passado, se projetavam no presente a força e o exemplo para a superação dos problemas vigentes e a vivência da fé patriótica. A maioria dessas atividades eram realizadas pelos grupos escolares, e os pronunciamentos alusivos à data eram ministrados por professores, diretores e alunos, perante as “grandes autoridades” convidadas. Além disso participavam dos programas comemorativos a Academia de Comércio, academias militares, Federação Mineira de Escoteiros, as rádios, os renomados clubes da cidade, os sindicatos de classe, lojas maçônicas, teatros, entre outros. Eram registradas solenidades e paradas militares em frente ao Palácio da Liberdade, sede do Governo Estadual, em Belo Horizonte, sendo que os desfiles também abrangiam as principais avenidas da cidade.

A imprensa exibia com honra as escolas e suas comemorações e desfiles, a fim de mostrar a preocupação dos estabelecimentos de ensino com as “cousas da pátria”. Dava-se destaque aos alunos que participavam declamando poesias ufanísticas, presentes nas comemorações das escolas. As festas envolvendo associações culturais e os principais estabelecimentos de ensino do Estado

ganhavam relevo, ressaltando-se as chamadas de referência à bela formação cultural e patriótica das crianças e jovens.

O objetivo da formação cívica e disciplinarização da infância era reforçada pelo momento conturbado que o país vivenciava, em pleno regime autoritário, tendo paralelo a isso, o início de uma guerra mundial que envolvia os regimes autoritários da Europa. A escola, para o Brasil, seria modelo de conduta, amor e sacrifício patriótico, fazendo dos jovens e das crianças um exemplo para que a pátria pudesse ser educada. Durante a Semana da Pátria, as histórias sobre a Independência eram reforçadas nos livros infantis, nos quais o tema aparecia relativamente mais do que os outros fatos históricos. Ao tratar da Independência do Brasil, os livros exprimiam o culto ao seu principal herói: Dom Pedro I, que era retratado como "salvador da pátria", e era uma figura popular entre as crianças mesmo fora da data comemorativa.

Os apontamentos que Vaz (2006) traz em seu trabalho sobre as festas no estado de Minas Gerais, são consoantes aos apontamentos do trabalho de Frankfurt (2006), ainda que o tratem sobre festas escolares em diferentes estados. Frankfurt (2006) estuda as festas escolares na escola normal de Pirassununga, no estado de São Paulo, também nos anos de 1930 a 1950.

No trabalho de Frankfurt (2006) encontramos informações sobre as práticas escolares que envolviam as festas, como por exemplo a ação dos professores as preparavam, a importância das comemorações e a maneira como deveriam acontecer as festividades. Para a autora, as festas deixaram de servir como uma "caixa de utensílios" (dispositivos de conformação da profissão docente), e passaram a orientar a prática docente como base nos princípios da nova pedagogia. Nesse trabalho a autora realizou um estudo das revistas da época, e aponta que as publicações sobre as festas e os modos de faze-las faziam parte das estratégias que atuavam como dispositivos de conformação das práticas, de modo que não parecessem coerção.

Portanto, as abordagens sobre as festas escolares, presente nos periódicos estudados por Frankfurt (2006), apresentam-se como estratégias, por remeter a ações cujo exercício pressupõe um lugar de poder e designa dispositivos de normatização e modelização, visando regular as práticas que são praticadas nas escolas. Desse modo, havia a finalidade de controlar as possíveis apropriações dos

professores a respeito das festas. Notou-se que foram registradas mais festas sobre as aves, disseminando a preocupação de preservá-las e cuidar da natureza, e a comemoração do Dia da Pátria assim como também apontou Vaz (2006). As prescrições eram de que as festividades deveriam contar sempre de uma parte literária e musical e, se possível, de uma parte esportiva. Além da prescrição de que as atividades não fossem longas, monótonas e fatigantes, nem que acarretassem despesas extraordinárias com preparativos para as exibições, às famílias dos alunos. Ou seja, os periódicos ao fazerem críticas ou elogiarem determinadas iniciativas, tentavam convencer como deveriam ser realizadas as festas de acordo com as expectativas do momento político.

Portanto, embora em estados distintos, as autoras Vaz (2006) e Frankfurt (2006) fazem apontamento semelhantes quanto as festas ocorridas nos anos de 1930 a 1950. Além disso, Frankfurt (2006) trata sobre a tendência e a intenção da mídia a padronizar as festas. Talvez por isso mesmo que notamos a semelhança das festas em Minas Gerais e em São Paulo no mesmo período histórico. Para Frankfurt (2006) a mídia impressa influenciava os aspectos da cultura escolar. Era muito mais que relatos inocentes. Eram prescrições de como deveriam ser os momentos de comemoração. Desse modo, as festas escolares no período de 1930 a 1950 deveriam ser padronizadas, normatizadas, como qualquer outro projeto da modernidade, e a mídia impressa da época estava submetida também a este objetivo.

2.3 As festas escolares entre os anos de 1960, 1970 e 1980: instrumento do Estado para a regulação da ordem política e da submissão às regras

Encontramos apenas o trabalho de Silva (2009) que aborda sobre as festas escolares ocorridas entre os anos de 1960 a 1980 em escola pública. Esse estudo aponta que os festejos escolares serviram, nesse período, como instrumento do Estado para a regulação da ordem política e da submissão as regras. A autora realizou um estudo sobre as práticas pedagógicas e a cultura escolar do colégio salesiano de Santa Tereza, Corumbá – MS, nos anos de 1972 a 1987, período marcado pela criação do estado do Mato Grosso do Sul no governo militar e ditatorial de Geisel.

O Estado do Mato Grosso do Sul foi criado para contemplar os interesses da classe dominante que se instalava no local e para reforçar, em termos imediatos, a conquista de espaços geopolíticos do governo da ditadura militar, isso é, fazer de um estado um modelo no qual seriam executados os novos modos de administração trazidos por um governo que desejava se mostrar liberal e de ordem. Porém esse período estipulado pela autora também compreende um momento de abertura política, um grande salto político do país, que passou de um governo ditatorial para democrático. Esse período da história de Mato Grosso do Sul foi marcado pelo jogo de forças entre a via democrática e a via ditatorial.

Silva (2009) parte do pressuposto de que a intenção do Estado Ditatorial era, por meio de programas, e instituições de ensino, vincular a "memória histórica desejável", desse modo, segundo a autora, não podemos ter um olhar para a festa enquanto um ato "natural e inocente", "desinteressado e imparcial", uma vez que é concebido para ter efeito sobre as pessoas, produzindo processo de seleção, de inclusão e exclusão e de legitimação de certos grupos sociais e ideais.

Portanto, as festas escolares proferidas no período de 1972 a 1987 foram interpretadas como um instrumento do Estado para legitimar a tradição nacional e regional no interior das instituições, além de reforçar valores como a ordem e a submissão as regras sociais.

Silva (2009) ao estudar as festas do colégio salesiano, que é tradicional da cidade de Corumbá, e onde estudaram diversas pessoas que fazem parte da elite local, como políticos, administradores, professores, profissionais liberais, empresários, afortunados e outros, apontou que, basicamente, pode-se afirmar que era um colégio destinado à educação dos meninos "bem-nascidos", embora de um lado estudasse, os ricos e do outro, um número maior de pobres. Dessa forma o primeiro andar do prédio do colégio era destinado aos meninos da elite e os demais andares eram ocupados pelos alunos pobres. Durante a vigência do convênio com o Estado do Mato Grosso do Sul, parte dos funcionários e professores eram indicados, concursados e remunerados pelo Estado. O convênio foi mantido até 1986, quando a instituição educacional voltou a ser particular, com a cedência de professores por parte do Estado de Mato Grosso do Sul. Atualmente a escola é estritamente particular. Como esse colégio tinha um caráter confessional, havia excessiva preocupação com a disciplina e a formação moral,

bastante presente na concepção de educação salesiana. Todo esse rigor se refletia no calendário do colégio salesiano, cujas festas eram regulamentadas, legalmente, junto à Delegacia de Ensino, e definidas junto aos diretores das escolas, inclusive a programação dos festejos e os procedimentos de como deveriam ocorrer.

Segundo Silva (2009), os rituais, celebrações e festividades que pertenciam ao calendário escolar eram comemoradas pela comunidade escolar e as festas que a instituição realizava, como bailes, festas juninas e desfiles contavam com a participação dos familiares de alunos. As festas ocupavam grande quantidade de tempo durante o ano letivo e os professores eram responsáveis por ornamentar a escola, a sala de aula, participar ativamente das comemorações, difundindo os valores cívicos e cumprindo as atividades previamente determinadas pelas autoridades educacionais. O desempenho dos alunos e dos professores era avaliado pelos diretores, coordenadores e sociedade em geral, conforme a qualidade das apresentações veiculadas nos dias festivos.

Silva (2009) destacou as principais comemorações ocorridas na escola em questão. Citaremos algumas.

A festa que se comemorava a “Revolução de 31 de março de1964” que, pelo governo militar abria o calendário festivo. Os alunos elaboravam palestras enfatizando a importância da democracia, seguido das orações dos padres. Essa festa tinha início no dia 27 de março e findava no dia 31 de março. As palestras eram transmitidas pela rádio e televisão, na praça da Independência da cidade. No final da festa, prêmios eram entregues aos vencedores do concurso chamado “A revolução e suas realizações”, onde realizavam o lançamento e inauguração de obras e jogos de futebol. Essa festa tinha como objetivo interferir nas formas de pensar e agir da população, tornando-os favoráveis ao Governo.

Seguidamente, o dia 21 de abril, o dia de Tiradentes e da fundação de Brasília, era comemorado de modo mais acadêmico, pois os professores discutiam em sala de aula sobre a data dos Tiradentes, com atividades festivas, confecções de quadros murais, cartazes, pesquisas (cópias, ditados, composições livres, etc.), seguido pelo hasteamento da bandeira.

Dia 13 de junho era comemorado o feriado municipal da Reforma de Corumbá. Era realizado na praça da Independência e contava com a presença de

autoridades civis. Era um desfile escolar esportivo que assemelhava a um desfile militar.

Dos dias 19 a 25 de agosto, era a semana do Exército. Durante esses dias os ornamentos e instrumentos usados pelo exército: armas, munições, jipes, tendas camufladas e roupas especiais ficavam expostos na Praça da Independência. Os alunos tinham a permissão para visitarem os quartéis. Essa festa, como todas outras sempre com um propósito implícito, era convencer os alunos dos benefícios do poder do Regime militar.

No mês de setembro festejavam a independência do Brasil e o aniversário de Corumbá (21 de setembro), evidenciando os aspectos de uma comemoração militar (desfiles cívicos-militares), com a clara intenção de evocar um sentimento de veneração e agradecimento ao governo ditatorial. A festa da Independência se mostrava mais elaborada e com mais pompas do que a de 21 de setembro, que é regional. Porém, depois da mudança de regime e a da abertura política, o 07 de setembro passou a ser um festejo menor, não por isso menos importante, porém com menos acontecimentos do que o festejo de 21 de setembro, que se tornou um evento de maior expressão no âmbito local.

As festas religiosas (Páscoa, Nossa Senhora Auxiliadora de 24 de maio, São João Bosco de 16 de agosto, Sapolândia, Festa Junina) são as festas tradicionais salesianas e ainda permanecem no calendário de eventos e comemorações.

Havia no segundo semestre o Festival Estudantil Salesiano da Arte (Fesart). Era um tradicional festival de interpretação de canções. Neste festival só podiam competir os alunos do próprio colégio, que eram organizados em várias categorias musicais. Havia todo rigor para a participação dos alunos nas festas. Por exemplo, só era permitida a participação dos alunos nos eventos religiosos se estes apresentassem um ótimo desempenho curricular, além disso, era cobrada a presença dos alunos nos festejos, e para o controle desta participação, a escola distribuía tickets durante os desfiles que deveriam ser entregues para o professor no primeiro dia de aula após o evento. Os alunos que deixassem de comparecer ao desfile cívico-familiar não entravam nas aulas e eram chamados para justificar o não comparecimento

Segundo Silva (2009), essas festividades eram todas normatizadas durante o regime militar, pois havia a intenção de padronizar as comemorações e festividades no âmbito familiar, salvo as festas regionais que comemoravam acontecimentos locais. Além disso, as aulas de educação moral e civismo, após o golpe militar de 1964, se acentuaram, tornando-se obrigatórias como disciplina e prática educativa, sendo responsável pela transmissão de ideais patrióticos que eram divulgados por meio de conteúdos escolares, pelas palestras proferidas nas escolas e pelas festas escolares com a finalidade de despertar sentimentos de amor e dever à pátria, à família e à sociedade.

Silva (2009) ressalva que todos os dias antes do início das aulas os alunos ficavam no pátio para o momento cívico, no qual era entoado o hino nacional e as bandeiras eram hasteadas, em seguida eram feitas as orações e dados os avisos. Cumprido esse ritual diário, os alunos enfileirados seguiam para as suas classes acompanhados pela professora. Percebemos aqui a clara intenção de vincular o discurso de ordem político, moral e religioso ao discurso educativo.

Nas considerações finais do seu estudo, Silva (2009) aponta que as festas desse período histórico foram resultado de confrontos e negociações entre as classes sociais, uma vez que as festas valorizadas são aquelas que respondem ao bem-estar da classe dominante. No caso desse período estipulado para a pesquisa, a autora constatou que o Estado definiu os acontecimentos que deveriam ser comemorados, e acabou institucionalizando os feriados, separando aquilo que deve ser relevante do que deveria ser considerado irrelevante. Dessa forma a festa não é inocente em suas intenções e práticas. Isso é reflexo da escola, que por sua vez também não apresenta postura neutra diante do contexto social na qual está inserida. Para a autora, a escola, guardiã dos valores que constituíram a identidade e a memória nacional, tem o poder de perpetuar os símbolos nacionais, ensinando-os e cultivando-os de acordo com as determinações oficiais, com o objetivo de produzir sensibilidades nos alunos, professores e quiçá em toda sociedade.

Silva (2009) conclui que não podemos reduzir as festas escolares a momentos de confraternizações, descontração e alegria, e sim compreende-las, como momentos especiais, de integração, de exaltação de costumes. Ou seja, as festas eram ocasiões propícias para a difusão de conhecimentos, normas e valores

legitimados pela escola, pela sociedade e governantes, sendo compostas por normas e práticas com objetivos específicos.

De acordo com Silva (2009), as comemorações cívicas ou religiosas realizadas periodicamente são instrumentos de resistência ao esquecimento do passado (é a utilização do passado no presente, um entrecruzamento de tempos, espaços e vozes), fazem parte do mecanismo educativo que reiteram a memória dos educandos. Mais uma característica nada imparcial das festas, uma vez que ela tem a capacidade de eleger o que deve ser lembrado, alterar os sentidos do tempo emocional e cronológico dos sujeitos, inculcar subjetivações e ideias.

Além de todo esse arsenal ideológico e representativo que a festa tem, ela também altera a dinâmica da escola, indicando permanência e repetição, variando conforme a finalidade da comemoração. Silva (2009) aponta que era nas festas que era possível perceber a forte relação entre política, Igreja e o Estado, pois havia explicitamente a hierarquia, o preconceito e o compromisso com as elites. E, apesar de todo esse emaranhado, ainda assim, havia na festa o seu valor mais humilde, que seria da valorização das pequenas ações que envolviam a todos.

Embora tenhamos encontrado apenas o estudo de Silva (2009) sobre as festas escolares que retrate o as décadas de 1960 a 1980, especificamente, de 1972 a 1987, podemos perceber o quão a política influenciou a educação por meio das festas escolares. Há o excesso de rigor, de disciplina de ordem, e de intimidação dos alunos diante do poder militar, tudo em nome da submissão as regras e da regulação da ordem política.

2.4 As festas escolares dos anos de 1990 aos dias atuais: entre interesses políticos e religiosos, a busca por vínculos familiares

Após o trabalho de Silva (2009) que abrangeu seu estudo até os anos de 1987, o trabalho de Nunes (2005), sobre visualidades da escola, retrata as festas escolares no ano de 2003.

Nunes (2005) faz uma análise dos discursos ocultos, ou melhor, como a autora sugere, do currículo oculto da escola, que é transmitido por meio de cartazes, ilustrações e placas distribuídas nos corredores e salas de aula das escolas, por meio de um trabalho qualitativo de cunho etnográfico. A autora

participou das festas escolares, em uma escola pública de Goiânia-GO, no ano de 2003, e destacou quatro festas mais importantes ao longo no ano letivo são: Festa das Mães, Festa dos Pais, Páscoa e Festa Junina.

Segundo Nunes (2005), a festa das Mães, dos Pais e a festa da Páscoa eram destinadas para a participação de alunos, professores, funcionários e convidados da escola, e a festa Junina contava, além dessas participações, com a presença da comunidade escolar (família e amigos dos alunos).

Ao descrever a festa da Páscoa, Nunes (2005) descreve que o material decorativo da festa estava encaixotado referente ao ano anterior, e todo ano era reaproveitado o material na montagem dos enfeites, além disso os alunos também produziam em folhas de papéis desenhos com os símbolos da festa. A programação da festa da Páscoa era o início com uma apresentação teatral (abertura), seguido do discurso do vereador, depois a partilha da palavra (um representante de cada religião), em seguida a partilha do alimento (pão e suco de uva) e o encerramento. A autora enfatiza que o vereador, no seu discurso, prometeu mais escolas e lembrou que aquele ano era de eleição e pediu para ser reeleito.

Na festa das Mães, não havia a participação dos alunos. Apenas era oferecido um café da manhã para as homenageadas, e se os alunos participassem os custos seriam elevados para a escola. A comemoração contava com a presença das professoras, funcionários e mães dos alunos. A programação iniciava-se com o café da manhã, seguido de uma apresentação de dança de alunos de outra escola, sorteio de brindes para as mães, apresentação do grupo folclórico (dança afro-brasileira) e show com um cantor da região. A autora aponta que a programação contaria com a presença do vereador, porém fora cancelada sua presença. O pátio era decorado com trabalhos artísticos dos alunos para as mães, com corações e bilhetes.

Quase todos esses aspectos da festa das Mães se repetiram nas festas dos Pais. Os mesmos arranjos, a mesma mesa, a mesma programação, contando com o café da manhã, o sorteio, apresentação de teatro e show de música, a ausência dos alunos pelo mesmo motivo das despesas, porém, na festa dos Pais houve a presença de um vereador da cidade.

A festa Junina, de acordo com Nunes (2005) fora a que mereceu maior atenção por parte dos professores e alunos. A decoração da escola foi feita por alunos, professores e funcionários da escola num dia anterior a festa, apenas na área externa da escola e na rua, em frente à escola. Os professores e funcionários trabalhavam também na cozinha fazendo as comidas que seriam vendidas na festa. Do mesmo modo que guardaram os enfeites da Páscoa em caixas, retiraram os balões da festa junina e decoraram a rua. A festa durou até a noite, e contou com toda a comunidade.

De acordo com Nunes (2005), a festa das Mães e dos Pais, cujo propósito e exaltar o núcleo familiar, constituem festas de caráter mais *celebrativo* (grifos da autora) nas quais a solenidade e a formalidade regulam as interações do encontro. Essas duas festas foram organizadas pelos coordenadores e pela direção da escola, apenas. Os brindes sorteados das festas foram doados por um vereador. A autora aponta em seu trabalho que esse vereador presente na festa do dia dos Pais era a figura pública que estava articulando junto ao governo municipal a construção de uma nova escola, algo muito aguardado pela comunidade escolar. O vereador era a figura que representava a esperança por um espaço mais adequado para a melhoria das condições de funcionamento da escola, visto que a falta de recursos da escola aparece até na ausência dos alunos na comemoração do dia das Mães e dos Pais. A festa Junina, segundo Nunes (2005), se diferenciou das demais em razão da maneira como foi realizada. Essa pode realmente ser chamada de festa, para a autora, pois é marcada pelo propósito da alegria e do divertimento. Foi a única festa que extrapolou o espaço físico da escola e incluiu a rua. Não havia o espaço específicos para os alunos ficarem, podiam ficar livremente onde quisessem, não tinham que ficar sentados como em solenidades. Repleta de elementos visuais, cartazes, balões, bandeirinhas, a festa junina mereceu destaque no estudo.

Nunes (2005) apontou para a questão da desordem que prontamente ocorre a qualquer momento da festa, gerando um incomodo por parte dos professores que tentam a todo momento manter os alunos quietos, como no caso da festa da Páscoa, onde era necessário rigor, pois contava com a presença de líderes religiosos, bem como na festa junina, onde há supostamente a suspenção parcial e temporária das regras.

A celebração da Páscoa na escola, com a presença de líderes religiosos, nos leva questionar a questão da escola laica. Bergamasco (2009) tratou exatamente isso. A autora estudou a religiosidade presente nas festas escolares a partir de sua experiência em magistério nas escolas públicas no interior do Paraná, e buscou compreender a contradição entre a laicidade da escola, determinada pelo Estado por força de lei, e a presença permanente da religiosidade no cotidiano das escolas, através das festas escolares demarcadas no calendário escolar.

Compreendeu que, ainda hoje, qualquer escola no Brasil não se acha isenta da concepção escolar jesuíta, dessa secular tradição pedagógica cujo modo de ser privilegia o gosto pelo sagrado, pela obediência, pela ordem, pela disciplina, e o gosto pelo silêncio, e Bergamasco (2009) acrescenta: o gosto pelas festas. Isto porque, depois do Concílio de Trento, confirmando o investimento catequético e pastoral que as norteavam, surgem publicações especializadas para orientar o clero na organização e realização das festas. E para a autora, aí está, certamente, a gênese das datas comemorativas na escola.

Seguindo este pensamento a autora cita que muitas das festas escolares ficam registradas em álbuns, nos diários da escola e possui uma função ritual: elas marcam, concretamente, laços afetivos, e valem menos pelo que dizem que pela regularidade do acontecimento. Revelam uma vontade de ritmar o escoamento do tempo. Tratando sobre as festas religiosas, a autora aponta que nos álbuns essas festas são sublinhadas tais como Natal, Páscoa e Festas Juninas, a formatura bem como as festas cívicas, especialmente à Semana da Pátria.

Bergamasco (2009) compreende que o currículo não pode ser pensado fora das relações sociais, pois tal como a cultura, é compreendido como prática de significação e, vinculado à prática produtiva, às relações sociais e de poder. Desta forma, podemos falar que na escola a cultura é curricularizada. E o currículo não é neutro posto que é uma seleção da cultura. As festas, portanto, fazem parte do currículo oficial e do currículo oculto da escola. E, para além da ordem estabelecida, põem em desordem elementos que contribuem para a manutenção da estrutura da própria comunidade. Para Bergamasco (2009) a educação não deveria eximir-se da responsabilidade de entender a festa como um elemento político, recreativo, estético e religioso. Conclui, portanto, que a festa na escola é ao

mesmo tempo religiosa e cívica, ritualista sem fervor e coercitiva, e que o coletivo é coercitivo, e que o religioso é coletivo.

Diante dos dois trabalhos que tratam sobre as festas nos anos mais recentes, Nunes (2005) e Bergamasco (2009), podemos apontar que as festas que ainda permanecem nas escolas são, basicamente, as religiosas, como a festa Junina e a festa da Páscoa. Embora haja os registros do dia das Mães e dos Pais no estudo de Nunes (2005).

Bergamasco (2009) e Nunes (2005), evidenciaram a escassez de trabalhos que tenham as festas escolares como objeto da pesquisa, o que confirma o nosso apontamento no primeiro capítulo. Segundo Nunes (2005) o desinteresse pelas festas escolares seria devido ao fato da sociedade ver as festas como um passa tempo, algo que represente a ociosidade e a descontração, e isto não seria digno de estudo, embora seja de nosso entendimento que as festas são momentos que representam muito mais que descontração. Elas são um instrumento potencial para analisarmos muitos fatores que influenciam a educação e a sociedade.

Já Bergamasco (2009), ao fazer menção sobre as festas enquanto um elemento socializador, apontou para a transformação das festas na sociedade pós-industrial. Ela afirma que embora haja certa consciência de crise em relação às festas tradicionais, acredita que as festas permanecem e se renovam, reforçando ou recriando as festas sociais, nacionais e locais.

De acordo com as entrevistas que a autora realizou com professoras, durante sua pesquisa, podemos perceber que há diversas opiniões quanto a realização das festas nas escolas, bem como deve ser o comportamento dos alunos nas festas. Há professores que consideram as festas como tempo perdido, outros acham importante a socialização, outros consideram que os alunos devem aprender a se comportarem no momento das festas, e ainda outros acham que festa deve ser de total descontração. Destacamos aqui a fala de uma professora, contida no estudo de Bergamasco: “Com a modernidade, a festa foi associada aos interesses financeiros.” (BERGAMASCO, 2009, P.119). Sobretudo, os professores sinalizam para uma importante questão: que a festa possui, como uma essência identitária: “[...] a festa tem o interesse em criar um grupo, criar um vínculo, cativar o aluno... fazer o seu nome. ” (BERGAMASCO, 2009, p.121).

Portanto, ao findar a exposição das análises dos trabalhos acadêmicos para a nossa pesquisa, podemos apontar para mudanças bruscas ocorridas no rigor das festas escolares dos anos de 1890 a 2009. Ao longo dos anos as festas foram se descaracterizando da sua forma inicial assim como a importância conferida a elas.

Os aspectos culturais podem assumir novos propósitos com o passar do tempo, e isso ocorre paulatinamente. É o que podemos observar nas festas enquanto um dos aspectos da cultura escolar. Elas ainda permanecem no calendário por ser um aspecto intrínseco das práticas da escola, porém, toma novos caminhos e novos sentidos, de acordo com as influências que a escola recebe da economia e da política em cada época.

Essa descaracterização ocorrida nas festas escolares é discutida no terceiro capitulo sob a luz da Teoria Critica.

CAPÍTULO 3 - AS FESTAS ESCOLARES NA CONTEMPORANEIDADE: SENTIDOS E PERSPECTIVAS

E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, você?
Você que é sem nome,
que zomba dos outros,
Você que faz versos,
que ama, protesta?
e agora, José?

Carlos Drummond de Andrade

Ao realizar a análise sobre as festas nos diversos períodos históricos, dos anos de 1890 a 2009, podemos apontar algumas mudanças ocorridas nas festas, na sua organização, na importância conferida a elas, ao rigor, na periodicidade de suas ocorrências e nos seus propósitos.

As festas escolares, compreendida no campo da educação como uma prática pedagógica, constitui-se em um dos aspectos da cultura escolar, uma vez que as práticas que se dão no espaço escolar estão relacionadas com elementos culturais locais. Os principais aspectos que desenhariam essa cultura seriam os atores (famílias, gestores e alunos), os discursos e as linguagens (modos de conversação e comunicação), as instituições (organização escolar e o sistema educativo) e as práticas (pautas de comportamento que chegam a se consolidar durante um tempo).

Para Chervel (1990), a escola fornece à sociedade uma cultura constituída de duas partes: os programas oficiais, que explicitam sua finalidade educativa, e os resultados efetivos da ação da escola, os quais, no entanto, não estão inscritos nessa finalidade. Dito de outro modo, esse autor entende a cultura escolar como cultura adquirida na escola e encontra nela não somente seu modo de difusão, mas também sua origem. Desse modo a escola tem uma função social básica, que vai além de prestar serviços educativos. O modo como a escola vem se organizando tem reforçado mecanismos geradores de adaptação e dominação. São

esses mecanismos que certamente informam os processos pedagógicos, os organizativos, de gestão e de tomada de decisões no interior da escola, os quais vão além da legislação ou das recomendações feitas pelas entidades mantenedoras e/ou pelo poder público. Assim, a escola, principal instituição da sociedade, responsável pela educação formal dos indivíduos, difere grandemente de outras organizações sociais. A estrutura organizacional na escola não está sustentada apenas no plano racional determinado pela burocracia. A escola é uma totalidade mais ampla, "compreendendo não apenas as relações ordenadas conscientemente, mas, ainda, todas as que derivam de sua existência enquanto grupo social. " (CÂNDIDO, 1964, p.107).

Desse modo, as práticas pedagógicas estão relacionadas aos modos de transmissão de saberes e dos valores sociais instituídos, logo, as festas escolares, que compõe a cultura escolar, são práticas que têm por objetivo explícito a transmissão de saberes (seu objetivo enquanto prática pedagógica) e seus objetivos implícitos que veremos adiante, pois compreendemos que a escola e suas práticas, dentre elas as festas escolares, buscam a materialização de saberes e não de conhecimentos, pois os saberes são o que resta do conhecimento, após as disputas pelo poder no campo educacional.

Conforme vimos nos trabalhos de Candido (2007), Gallego e Candido (2006), Chaves (2009), Gérken (2009), Cardoso (2010), Vaz (2006), Frankfurt (2006), Bencosta (2006) e de Silva (2009), as festas tinham um enorme valor para a educação cívica e, eram práticas pedagógicas que tinham como objetivo criar uma "memória histórica desejável" (SILVA,2009). Podemos apontar que enquanto o Estado influenciava diretamente na educação, as festas ocorriam periodicamente no calendário escolar, pois era de interesse do Estado, que se legitimasse uma tradição regional e nacional, e as festas tinham esse poder e essa função.

As festas são, portanto, um evento repleto de interesses subjetivos e que tem poder para influenciar nossa subjetividade, nossos pensamentos, valores e ações. Quando nos trabalhos citados sobre todos os cuidados tomados pelos representantes educativos e governadores para que as festas ocorressem seguindo um padrão, notamos que não há espontaneidade nas festas. O fato dos alunos serem obrigados a participarem, sendo submetidos à punições e necessidade de

atestado para justificar a ausência no evento, como apontou Silva (2009), torna a festa um momento de controle social, e subjetivo.

Desde os primeiros anos da Republica, podemos perceber a importância conferida à rigorosa preparação das festas, por parte de todos envolvidos, sejam os alunos em tirar boas notas para merecerem lugar de destaque, sejam os professores no ensino do hino a ser entoado, no ensaio da apresentação, e dos políticos, que usavam das mídias (rádio, jornais e televisão) para legitimar a importância daquele evento, e, também, para divulgarem seus programas partidárias e pessoais.

Conforme vimos nos trabalhos de Cândido (2009), Vaz (2006) e Chaves (2009), as festas enquanto prática pedagógica serviram para a educação de uma nação civilizada e trabalhadora, uma vez que neste período fez-se maior alusão à criança operária. A festa do Dia do Trabalho, foi uma festa impregnada de valores que interessavam ao governo e à economia. A ideia de redenção e virtude por meio do trabalho já era presente até a década de 1930, estando presente nos ensinamentos de moral e civismo, porém, a partir desta década, principalmente a partir do Estado Novo, além desta conotação de redenção e virtude vinculada ao trabalho, a ideia de criança operária se fortaleceu, na tentativa da proletarização da infância, ultrapassando o sentido religioso e virtuoso para o social e econômico. Deste modo, notamos as festas como um instrumento para disseminar e fortalecer mais uma vez os interesses do Estado. Como prática pedagógica, a festa também pode ter sido um recurso manipulado pela política e pela economia, para transmitir os interesses dessas instâncias.

Como aponta Vaz (2006), há festas cívicas sociais (para atingir o público geral) e as festas cívicas escolares (para atingir os agentes escolares através da linguagem e ensinos próprios da escola). Porém, as festas escolares acabam transmitindo ensinamentos e valores semelhantes aos da festa política. Com isso, a autora mostra no seu trabalho que as festas escolares eram como “espetáculos do poder”, uma vez que o governo usava do seu autoritarismo e discurso para consolidar e reafirmar o imaginário coletivo e impregnar seus valores nos mais novos cidadãos, como ordem e progresso à valorização da ciência positivista sobretudo. Contudo, notamos que a educação, vestia o discurso de formação

social e valorativa, mas era, além disto, um discurso para o trabalho, para a alienação e submissão, respaldada pelo rigor cientificista e progressista da nação.

Adorno e Horkheimer (1985), ao analisar esse tipo de educação colocam em xeque a segurança conferida à ciência. Com isso, entende-se que o esclarecimento compreendido como um pensamento que se dirige ao progresso e que visa libertar os homens do temor da natureza, se contradiz por inúmeros infortúnios. A desconfiança no progresso engendrado pela ciência leva à constatação dessa contradição, como seu resultado, tendo em conta que o "[...] programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. " (ADORNO; HORKHEIMER,1985, p.17), libertando, assim, o homem das amarras do mito e do suprassensível, substituindo o saber contemplativo por um de caráter científico, que use o procedimento matemático, como, também, fórmulas e leis para explicar o fenômeno investigado. Nesse contexto, com o advento da ciência moderna, o entrelaçamento entre ciência e técnica foi aperfeiçoando as técnicas de produção, mudando assim radicalmente a relação do homem com a natureza, que deixa de ser contemplada, passando a ser submetida a experimentações, em outras palavras, como a marcha progressiva do espírito humano que passou a confiar de maneira indubitável na atividade científica, no seu conteúdo, método e rigor, em vez de trazerem benefícios à vida dos homens, tornaram o pensamento cegamente pragmatizado.

Esses aspectos da relação inerente entre razão e dominação - são analisados de maneira crítica nas obras de Adorno e Horkheimer (1985). Eles nos fazem pensar, ou nos desvelam, os aspectos destrutivos do progresso, no preço que se pagou por essas conquistas, constituindo-se numa espécie de ruína progressiva, na catástrofe da civilização ocidental, em outras palavras, "o que se torna problemático não é apenas a atividade, mas o sentido da ciência. " (ADORNO; HORKHEIMER,1985, p. 11).

Nesse sentido, a formação do sujeito pela dominação da natureza e pela repressão remete aos "paradigmas da violência necessária", tanto para o "estabelecimento da razão instrumental como para o da identidade subjetiva. " (GAGNEBIN, 2006, p.13).

Segundo Gagnebin (2006), o esclarecimento tem contribuído cada vez mais para uma severa dominação da natureza, que constrói meios repressivos E

violentos, levando à constituição de indivíduos recalcados, adoecidos e uniformes. O pensamento pragmatizado, cuja a técnica é essência desse saber, possibilita alcançar um conhecimento específico, preciso e objetivo, que permite a descoberta de relações universais, por meio de um método confiável que estabeleça domínio e controle sobre a natureza; em outras palavras, o que os homens querem com esse saber é "aprender da natureza como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. " (ADORNO; HORKHEIMER 1985, p.18).

O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este os conhece na medida em que pode manipulá-los. O homem da ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 21).

Podemos apontar em nosso estudo que as festas tiveram mais força dos primeiros anos da República até meados dos anos de 1970. As festas serviram como instrumentos para pregar os valores de conduta e para criar um modelo de nação, imersa no ideal de ordem e progresso e da ciência segundo uma razão instrumental, como descrito acima. As festas que supostamente são momentos para descontração e espontaneidade, parecem terem sido distorcidas, tornando-se momentos de ordem, rigidez, exatidão dos movimentos dos corpos, de transmissão de valores e conhecimentos racionais e de progresso, e instrumento programado e disciplinador.

Desse modo, baseando-nos em Chaves (2009) e Cardoso (2010), as festas foram de suma importância para a propagação do ideal da modernidade, portanto, para a propagação da disciplina, da ordem, da submissão, da produtividade, e de todas outras características da modernidade.

Na era moderna, pensamentos e comportamentos caracterizam-se não por uma postura coerente com a livre reflexão individual, mas pela adaptação dos indivíduos à organização social sob a qual estão inseridos. Tanto no campo mais íntimo da vida privada quanto na esfera pública, a única postura coerente é em termos de custo-benefício. A plenitude da felicidade pessoal confunde-se com as diretrizes políticas de realização do bem-estar social, ao identificar no

aperfeiçoamento dos processos tecnológicos a redenção da humanidade (BUENO, 2003).

A força contida nessa racionalidade, que ilusoriamente acredita num sujeito em sua integralidade, tanto de suas necessidades materiais, às quais está subordinado, quanto da capacidade de concretização da plena liberdade individual, desencadeia uma nova percepção dos estímulos sob os quais estamos cada vez mais expostos: a experiência do homem moderno tornou-se cada vez mais restrita. O ritmo acelerado das grandes cidades, onde as pessoas parecem apenas abrir caminhos em meio as multidões, privou o homem de uma experiência propriamente dita, e a técnica submeteu todo arsenal sensorial e subjetivo a um treinamento de natureza complexa.

Segundo Cortina (2009), não podemos mais falar em herança cultural. As pessoas deixaram de ser portadoras de um episódio de valores e ensinamentos, e restringiram-se a uma mera vivência. E a vivência da modernidade é, praticamente, apenas para o consumo. A modernidade é marcada pelo fetiche da mercadoria. Cria-se, portanto, a necessidade de inserir no mercado cada vez mais artigos para um maior número de consumidores, traz para esse tempo o "invariavelmente – sempre igual" da mercadoria, a constante repetição do novo. A modernidade, dessa maneira, gera uma obsolescência jamais observada antes.

Conforme apontamos acima, a modernidade pretendia uniformizar, ou melhor padronizar, todos os sujeitos, suas ações e seus valores, porém tinha a intenção de que o indivíduo acreditasse e aceitasse que essa padronização era o melhor para si próprio, bem como o melhor para a sociedade em geral, portanto, todo movimento de ordem e de padronização da sociedade teria que ser visto, e assim era, com bons olhos.

Podemos compreender, portanto, que as festas escolares foram muito utilizadas para essas finalidades. Bem como vimos nos trabalhos acadêmicos, as festas escolares propagavam os ideais de uma nação que se pretendia moderna, e por meio desse momento festivo, os políticos transmitiam um arsenal de valores e ideais que deveriam ser seguidos por todos, na pretensão de uma padronização do pensamento.

É evidente, que havia um discurso educativo, e esse discurso era mais ainda acentuado para que fosse visto como um esplendor. A ideia transmitida era

de que todo aluno, que se portasse de acordo com as regras, que aprendesse os conhecimentos ensinados (a técnica), seria um valoroso cidadão, trabalhador, e consumidor na sociedade. Uma vez preparado para o mercado de trabalho, esse cidadão, que aprendeu a ser submisso e ter sua felicidade por meio da ordem social, seguiria fielmente os valores propagados pelos festejos escolares.

Assim como quase tudo na modernidade torna-se mercadoria, até mesmo aspectos culturais são vendidos por meio das diversas mídias, podemos notar que as festas escolares, nos seus anos de glória, eram como um produto, e segundo nossa compreensão um produto da indústria cultural, assim como quase todos aspectos subjetivos que evoca valores, a festa tornou-se uma mercadoria no mundo moderno.

Sabemos que uma mercadoria, quando é consumida, ela carrega consigo muitos aspectos simbólicos que vêm atrelados a ela, bem como uma marca, um estilo de vida, um ideal, etc. Os materiais simbólicos (posturas, cânticos, ordenação, seriedade, compromisso, etc.) e concretos (vestimentas, adornos, cortes de cabelos, cores, etc.) utilizados nas primeiras festas dos anos da Republica até meados de 1970, eram usados pelos seus agentes para transmitir valores e ideias valiosas para o momento. E como toda mercadoria, as festas, como produto de ordem simbólica, eram consumidas pelos seus participantes que se sentiam inseridos na sociedade, de acordo com as normas, padrões e ideias.

Segundo (COHN, 1971), a indústria cultural idealiza produtos adaptados ao consumo das massas, assim como também pode determinar esse consumo trabalhando sobre o estado de consciência e inconsciência das pessoas. Ela pode ainda ter função no processo de acumulação de capital, reprodução ideológica de um sistema, reorientação de massas e imposição de comportamento. A cultura atual, com mais competência ainda, continua conferindo a tudo um ar de semelhança, de identidade, de uniformização.

Porém, todos os esforços para a uniformização das festas, sua constante repetição, de certo modo, alcançaram o objetivo de consolidar símbolos de uma nação que se modernizava, mas, a modernidade exige constantemente inovação dos produtos, sendo assim, as festas padronizadas, transmitindo sempre a mesma mensagem, tornaram-se enfadonhas, como apontou Gérken (2009) e Nunes (2005). Segundo as autoras, foi necessário que os professores incorporassem

outros aspectos às festas, e criarem momentos de ludicidade para a perpetuação das festividades como tradição.

As festas escolares tal como se davam nos primeiros anos da Primeira República, cheio de pompas e rigor, estavam perdendo suas forças. Segundo Frankfurt (2006), as festas em meados de 1950, já contavam com alterações estruturais daquelas registradas nos demais trabalhos no início do século XX. De acordo Frankfurt (2006), foram registradas mais festas sobre as aves, disseminando a preocupação de preservá-las e cuidar da natureza, e a comemoração do Dia da Pátria. As prescrições eram de que as festividades deveriam contar sempre de uma parte literária e musical e, se possível, de uma parte esportiva. Além da prescrição de que as atividades não fossem longas, monótonas e fatigantes, nem que acarretassem despesas extraordinárias com preparativos para as exibições. Ou seja, os periódicos ao fazerem críticas ou elogiarem determinadas iniciativas, tentavam convencer como deveriam ser realizadas as festas de acordo com as expectativas do momento político. Podemos compreender que a crítica da mídia impressa era um movimento de controle das festas, assim como um modo de prescrever como elas deveriam acontecer, e ainda como tinha de ser o comportamento de todos os agentes escolares nos momentos de comemoração.

Desse modo, as festas escolares deste período estudado pela autora, deveriam ser padronizadas, normatizadas, como qualquer outro projeto da modernidade, e a mídia impressa da época estava submetida também a este objetivo.

Portanto, de acordo com Frankfurt (2006) as festas tomaram um rumo para normatizar as práticas escolares. Era como um mecanismo de padronização das práticas dos professores e dos alunos, com a finalidade de que todas as escolas seguissem uma mesma lógica e coerência, uma constante no calendário pois havia se tornado um evento inerente ao calendário escolar.

Notadamente, depois da década de 1950, nos trabalhos de Bencosta (2006) e Silva (2009) já é possível perceber grande mudança no padrão das festas escolares.

A descaracterização das festas escolares a partir de 1950 aproximadamente, poderia se dar por alguns motivos. Primeiramente devido ao

fato de que as festas iniciais dos anos republicanos tenham cumprido o seu papel de efetivar e inculcar seus valores às sucessivas gerações, de modo que a festa havia se tornado uma tradição, e sua mensagem tornou-se óbvia, a ponto de haver a necessidade de dar novas atribuições a elas.

Em segundo, as festas escolares tomavam muito do tempo dos professores e dos alunos, e após a consolidação dos valores da República, e com a industrialização em 1950, o tempo escolar tornou-se de valor capital, ou seja, todo o comportamento e valores da modernidade haviam se propagado a todos os agentes sociais, inclusive dos professores e dos alunos, e o tempo agora tornara-se sinônimo de dinheiro, e não era visto com bons olhos gastar o tempo para "brincadeiras", "distrações", uma vez que todos os alunos estavam empenhados em aprender as técnicas, para a entrada no mercado de trabalho.

Terceiro apontamento, foi que a partir dos anos de 1964, depois do Golpe Militar, o Estado perdeu forças para influenciar sobremaneira o programa educacional e não poderia mais obrigar datas de festas, nem tampouco a ocorrência e o modo de se fazer a festa como outrora num sistema ditatorial.

Seria então coincidência a decadência das festas escolares concomitante à decadência do poder do Estado?

A partir dos trabalhos mais recentes, Nunes (2005) e Bermagasco (2009), podemos por assim dizer que as festas das escolas públicas entraram em falência.

Se nos reportamos às festas escolares dos primeiros anos da Primeira República como um produto da indústria cultural, como um instrumento usado para disseminar ideologias, valores às massas, com rigor e com abrangência, nos dias atuais, não podemos dizer o mesmo.

As festas das escolas públicas, retratadas nesses dois estudos, são escassas, direcionadas apenas para a comunidade escolar, salvo uma ou outra, que estendem à rua da frente da escola. Sem eventos em praças públicas, sem a presença de governadores, às vezes, a presença de um vereador da cidade. Os enfeites são reutilizados anos após anos, pois não há recursos financeiros para investirem em material decorativo. Algumas comemorações, como dia das Mães e dos Pais, são realizadas sem a presença dos alunos para não gerar gastos. Não encontramos nada que relate sobre os ensaios para os desfiles cívicos, mesmo porque, algumas escolas não possuem dinheiro para a aquisição de instrumentos.

Fonseca (2003) aponta para a autonomia que a escola pública adquiriu com o passar dos anos a partir de uma proposta nacional, que incentiva a escola a traçar seu próprio caminho educativo, conhecida como “Projeto Político-Pedagógico”. A proposta foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no inciso I do artigo 13. O Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001) também afirma a necessidade de uma proposta escolar autônoma, ressaltando a importância da participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes, para estimular a autonomia da escola. Além disso, busca superar a gestão dos meios e produtos, apelando para iniciativas inovadoras, orientadas por valores mais humanos e que levem em conta vivências e sentimentos, condições de vida e de trabalho, à cultura e qualificação dos professores. Para isso, a autora menciona que as festas nas escolas acontecem principalmente para levantar fundos financeiros para a escola podem investir em sua própria gestão.

Ao procurarmos sobre o que regulamenta as festas nas escolas públicas nos dias atuais, não encontramos nenhuma lei, nenhum decreto, nada que exija a ocorrência de festas nas escolas públicas, nem mesmo as festas cívicas. Para ilustrar o que consta sobre festas nos Planos Políticos Pedagógicos (PPP), citaremos o PPP de três escolas estaduais, de três estados, todos disponíveis na *internet*. O PPP da Escola Estadual Rui Barbosa da cidade de Mamborê - Paraná, de 2011, refere-se a realização de festas ao constar: “promover reuniões ordinárias, festivas, comemorativas incentivando a participação da comunidade escolar e comunidade em geral quando oportuno. ” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA E.E. RUI BARBOSA, 2011).

O PPP da Escola Estadual José Ludovico de Almeida de Anápolis – SP cita: “resgatar as datas comemorativas do calendário”. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA E.E. JOSÉ LUDOVICO DE ALMEIDA, 2012).

No PPP, de 2014, da Escola Estadual Nova Chance de Cuiabá- MT, está prescrito a realizações de comemorações, campanhas, concursos, feiras, exposições e outras atividades educativas, religiosas, cívicas, sociais e culturais, porém, no calendário não especifica quais são as datas a serem comemoradas, e a escolha das datas fica a critério da própria escola (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA E.E. NOVA CHANCE DE CUIABÁ, 2014).

De um modo geral, as festas escolares, por mais capengas na literatura, elas ainda assolam o espaço escolar e insiste em vestir novas roupagens para se adequarem as circunstâncias. Parece-nos que as escolas poderiam pensar sobre as festas a partir daquilo que ela deveria representar no contexto escolar, como objeto para que a escola trilhasse suas práticas e concepções rumo ao que é estritamente pedagógico-educativo, pois tudo que é da escola tem que ser para a formação do ser humano em todas as suas dimensões.

Não é possível falarmos que as festas têm apenas uma função, pois o povo se apropria delas de maneira peculiar. A festa, seus espaços e suas atividades vão ter outra interpretação aos olhos da multidão, a cada momento, possibilitando uma inversão na sua utilização (PRIORI, 2000).

A festa apresenta-se enquanto uma estrutura plástica, moldável e flexível, capaz de representar o caráter e a identidade daqueles que as compõe, dos propósitos que são escolhidos para se propagarem através dela, sendo, portanto, um meio de transmissão de valores, cultura, ideais, de acordo com o momento.

Nem sempre o significado de determinadas festas conferida pelos seus idealizadores será apropriado pelos professores e alunos, tampouco pela sociedade, em sua originalidade, ou mesmo na sua real intenção. Assim como também acontece as diferentes representações acerca de distintas solenidades. Para Chartier (1990), as representações concebidas como modos de interpretar e de entender determinada realidade, apesar de aspirarem uma padronização, serão sempre determinadas pela aceitação do grupo que as forjam, assim como num campo de batalhas, uma competição de poder e dominação. Assim ocorre nas festas escolares, pois não podem ser pensadas separadamente das representações da escola, alunos, dirigentes e professores, sociedade, população, cidadãos, etc.

Dessa maneira, sendo nós sujeitos ativos constantemente em nossas percepções, apropriações e representações, não podemos subestimar o potencial que temos diante de qualquer situação.

As festas, portanto, ao se tornarem parte de um repertório das atividades escolares, os administradores e professores, se apropriaram dessas para utilizarem-nas de acordo com suas representações. Ou seja, tal como aponta Gérken (2009), nas festas escolares há f(r)estas, espaço por onde passam outras percepções para o momento festivo.

Ainda, embora muito corrompida pelos ideais capitalistas e modernos, a festa, carrega em seu bojo algumas características de originalidade, espontaneidade e, consequentemente, de novas possibilidades.

A festa concebida para sair do rotineiro, ou seja, marcar um momento extraordinário, de acordo com DaMatta (1978), carrega consigo aspectos lúdicos, de descontração e de catarse. Um tempo e um momento no qual as regras sociais são deixadas de lado, e todo o sentido da festa é composto pelos seus participantes. Esse é o modelo mais primitivo e mais atraente das festas, pois são festas marcadas pela "desordem", diferente da intenção das festas cívicas escolares.

A festa, no seu sentido mais genuíno, é a da desordem, é aquela que acontece espontaneamente. Porém, como a festa é um elemento único com o lado da ordem e o lado da desordem, é claro há um pouco de ordem na desordem e de desordem na ordem, pois não é de nosso entendimento que as coisas são tão cartesianas a ponto de separarmos e classificarmos fenômenos sociais assim como se fazem com números e objetos.

Desse modo, na ocorrência da festa da ordem nas escolas, havia a presença do lúdico, embora intimidado pela rigidez militar pretendida como algo sublime, pelos decoros de hinos e pela programação minuciosa e engessada, o lúdico permeava as festas pelo fato de ser algo extraordinário, fora da rotina exaustiva.

Ao saber que as festas conseguiram perpetuar dentro da cultura da escola, ainda que descaracterizadas de sua forma inicial, com novas roupagens ao longo de muitos anos, compreendemos que o lúdico foi o aspecto decisivo pra a manutenção das festas no calendário escolar. Ao nos reportarmos aos trabalhos analisados, as festas descritas por Gérken (2009) são carregadas pela ludicidade, sendo esse, basicamente, todo o objetivo da festa.

Procuramos compreender melhor a relação entre o lúdico e as festas, uma vez que nossa intenção é compreender as festas a partir dos vários aspectos e suas diversas finalidades.

Volpato (2002), apontou a presença do lúdico nas festas em geral, assim como nas festas escolares infantis e buscou compreender as mudanças que os

jogos e as brincadeiras sofreram a partir da racionalização da modernidade nos últimos séculos.

Segundo Volpato (2002), a tentativa de compreender o papel do jogo e do brinquedo na formação do sujeito tem sido palco de diversas discussões nas mais variadas áreas do conhecimento. Esta temática tem interessado a educadores, psicólogos, sociólogos, antropólogos, filósofos e historiadores, dada a sua diversidade ante as novas realidades econômicas, políticas e culturais, definidoras do mundo contemporâneo e que retratam, de certa forma, o projeto de modernidade instalado a partir do Iluminismo do século XVIII.

Os jogos, assim como as festas ocuparam lugar muito importante nas mais diversas culturas. Huizinga (1996) afirma que na sociedade antiga, o trabalho não tinha o valor que lhe atribuímos há pouco mais de um século e nem ocupava tanto tempo do dia. Os jogos e os divertimentos eram um dos principais meios de que dispunha a sociedade para estreitar seus laços coletivos. Isso se aplicava a quase todos os jogos, e esse papel social era evidenciado principalmente em virtude da realização das grandes festas sazonais. Para Huizinga (1996), são comuns as características encontradas entre jogos e festas ou rituais como ordem, tensão, mudança, movimento, solenidade e entusiasmo. Além disso, ambos têm o poder de transferir os participantes, por um espaço de tempo, para um mundo diferente da vida cotidiana, para o extraordinário.

Até então, antes da sociedade ser emergida pela racionalização e industrialização, adultos, jovens e crianças se misturavam em toda a atividade social, ou seja, nos divertimentos, no exercício das profissões e tarefas diárias, no domínio das armas, nas festas, cultos e rituais. O cerimonial dessas celebrações não fazia muita questão em distinguir claramente as crianças dos jovens e estes dos adultos. Até porque esses grupos sociais estavam pouco claros em suas diferenciações.

Outro fato a ser ressaltado nessas festas era seu caráter místico. Nas representações sagradas, principalmente nas civilizações primitivas, encontrava-se em jogo um elemento espiritual, difícil de definir, algo de invisível e inebriante ganhava uma forma real, bela e sagrada. Conforme Huizinga (1996, p.17), os participantes do ritual estavam "certos de que o ato concretiza e efetua uma certa beatificação, faz surgir uma ordem de coisas mais elevadas do que aquela em que

habitualmente vivem. " Apesar de esta intenção estar restrita à duração do ritual e da festividade, acreditava-se que seus efeitos não cessariam depois de acabado o jogo, pois sua magia continuaria sendo projetada todos os dias, garantindo segurança, ordem e prosperidade para todo o grupo até a próxima época dos rituais sagrados.

Para Adorno e Horkheimer (1985, p. 23) toda magia "inclui uma representação dos acontecimentos bem como do processo a ser influenciado pela magia."

Sendo assim, a prosperidade de cada ano dependia de competições e rituais sagrados realizados nas grandes festas. O grupo social celebrava a mudança das estações, o crescimento e o amadurecimento das colheitas, o surgimento e o declínio dos astros, a vida e a morte dos homens e dos animais.

Essas manifestações humanas possuem características de mito e são uma maneira de diminuir o medo. Porém, o mito é cego, repetitivo, sempre igual e é reconstituído a partir do destino, segundo a Teoria Crítica.

Portanto, quando tratamos sobre as festas, há de se ficar evidente que nelas existem muitos elementos de jogos e brincadeiras. O lúdico está presente nas festas, ainda que esse jogo seja um jogo simbólico sobre a própria finalidade da festa, assim como eram feitas festas em agradecimento ao ano de colheita, esperando que esse progresso continuasse pelo decorrer dos demais dias do ano.

Pela crescente tendência de racionalização, principalmente das sociedades ocidentais, as características do brincar e jogar foram mudando radicalmente. O que antes era motivo de profundas relações familiares, com valores e sentidos culturais muito significativos, torna-se objeto destinado a um público-alvo, com um fim em si mesmo.

Atualmente muitos dos brinquedos são fabricados para "ensinar" comportamentos, gestos, atitudes, valores, considerados "corretos" em nossa sociedade. Por isso, a maioria deles já vem pronta, catalogada, contendo todas as instruções de uso, idade, sexo, número de participantes, tempo de duração do jogo, basta segui-las (VOLPATO, 1999), e para brincar com esses jogos não é necessário a festa.

Dessa forma, para garantirem a continuidade dos hábitos de sua coletividade, em nome de uma racionalidade instrumental, os pais procuram

direcionar, por meio dos brinquedos e jogos, as atitudes e gestos considerados característicos para cada sexo, para cada idade, para cada situação específica. No dizer de Adorno e Horkheimer (1985, p. 116), "o fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. "

Porém, ainda que nossa sociedade atual racionalize e pré-estabeleça os padrões de conduta e de conhecimento, os jogos infantis, de acordo com Benjamin (1985), são impregnados de comportamentos miméticos, que não se limitam de modo algum à imitação de pessoas, pois as crianças não brincam apenas de ser comerciante ou professor, mas também de moinho-de-vento e trem. Nesse sentido, a capacidade mimética cumpre um importante papel na formação do sujeito, pois é na educação infantil que as crianças se apropriam dos elementos culturais dos adultos, internalizando, reproduzindo e reinventando gestos, modos de andar, de falar e de sentir. Porém as crianças não apenas imitam os outros, mas representam e reelaboram o mundo, desenvolvendo com isso, ao brincarem e festejarem, uma forma de conhecimento não conceitual (VAZ, 2000).

Apesar de toda interferência da indústria cultural em torno do brinquedo, dos jogos de faz-de-conta e, por conseguinte, das festas, as crianças não são meras receptoras do que é veiculado, vendido e permitido. Nesse processo, há também uma reelaboração pelas próprias crianças dos elementos de seu patrimônio cultural.

Ainda assim, somos surpreendidos ao apontar que as festas escolares, para se perpetuarem na cultura da escola pública, ou terão que se manter como um dos produtos da indústria cultural, ou, permanecerão capengas, prestes a serem extintas das escolas. O mesmo poderá ocorrer com o brinquedo, o cinema, o livro e todo elemento que se construía de forma espontânea na sociedade sem fins lucrativos.

As formas de dominação do homem evoluíram na mesma proporção que o homem conseguiu dominar a natureza. Por trás delas está a noção de progresso técnico. Se por um lado o desenvolvimento de máquinas permitiu substituir a força corporal pela mental, tornando mais fácil a satisfação das necessidades, por outro a dominação do homem também se exerce hoje em dia menos pela violência corporal que pela sutil domesticação da alma e dos sentidos. Horkheimer (1985)

credita ao progresso tecnológico não apenas a possibilidade de produzir bens que garantem o conforto material, mas também a capacidade de desenvolver formas não violentas de controle social.

A indústria cultural que foi discutida por Adorno e Horkheimer (1985) a partir da relação entre técnica e sociedade e ganhou maior visibilidade na década de 1940. Esta é entendida como a junção de arte e tecnologia e representa a invasão da tecnologia no domínio da cultura. Não é por acaso que os autores a define como o engano das massas.

A publicidade e a propaganda, uma das faces da indústria cultural, valendo-se de sofisticados recursos técnicos para a persuasão, são responsáveis pelo incremento do consumo e associam a individualidade à capacidade de adquirir bens. O indivíduo é levado a crer que esses bens são feitos à sua própria imagem e acaba por dar-lhes um valor de uso que eles não têm. Esses produtos, divulgados pela propaganda podem ser sutis anúncios que remetem a uma ideia, um valor a ser propagado a toda população.

De acordo com os trabalhos analisados de Silva (2009) e de Vaz (2006) as festas ocorridas na cidade eram cobertas pelas mídias radialistas e televisiva respectivamente. No período citado pelas autoras as festas ainda eram de interesse público, uma vez que estas tinham o respaldo dos políticos e da ordem vigente para acontecerem. Notadamente, ao declinar o poder do Estado nos acontecimentos da escola, as festas escolares perderam sua importância e também o incentivo político para que elas continuassem com a mesma visibilidade diante da sociedade.

Notamos que não há relatos dedicados a tratarem sobre os gastos ou mesmo os lucros que as festas demandavam dos anos da Primeira República, ou seja, notamos que as festas contavam com o dinheiro destinado à educação, ou ainda que em comunidade escolar eram divididas as tarefas de fazer/trazer algo para compor o cardápio ou ainda a decoração das festas. Num mundo cada vez mais capitalista, e impregnado pela indústria cultural, aquilo que não possa trazer lucro não é valorizado, seguindo a lógica do custo-benefício. Desse modo, as festas que recolhem fundos para a escola são vistas com bons olhos, e as festas que são para a recreação, para o lúdico, ou apenas para um momento extraordinário, são vistas como perda de tempo.

A partir da literatura especializada analisada, nos deparamos com a escassez, ou quase o fim das festas nas escolas, marcada pela precariedade do valor atribuído às festas e sua rara frequência.

Cortina (2009) trata sobre o desprezo às tradições na contemporaneidade, que liquida o valor tradicional de patrimônio e da cultura. Ao perder-se a tradição, que está vinculada aos valores culturais, perde-se também a experiência social comum, em detrimento da experiência vivida, característica do indivíduo solitário amontoado nas grandes metrópoles. O rápido desenvolvimento da técnica implica apagar os vestígios dessa experiência comum, substituindo-os pelo saber particular que impele o sujeito "a partir para frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda" (BENJAMIN, 1996, p.116).

Dessa forma, a memória se esvai, pois já não conseguimos mais lembrar dos rastros apagados da tradição e da experiência. Essa pobreza desvincula todo patrimônio cultural à sociedade que se desenvolveu por meio dos desdobramentos dessas mesmas tradições.

Portanto as festas sociais e as festas escolares, que seguiam uma tradição, primeiro para a consolidação da memória nacional, e posteriormente tomando novas formatações para manter o lúdico e a tradição escolar, perdem cada vez mais o espaço na sociedade, e para sobreviver necessitam se adaptar aos padrões do capitalismo, ou seja, precisam gerar lucro, ainda que muito parco, ou ainda, justificada mediante falso propósito pedagógico, sistematizado e pré-estabelecido.

Não desconectados do social, as festas nunca são inocentes. As práticas sociais exercidas nos ambientes, como por exemplo nas festas, podem classificar e desvelar os espaços como lugares ou não lugares. As classificações de lugar e não lugar se dão pela forma construída e da forma vivida, onde o que está em causa é o modo como os indivíduos as vivem, segundo um conjunto de práticas sociais, e para nós as festas escolares revelam que as escolas estão se tornando não-lugares[5].

[5] O não-lugar é um conceito proposto por Augé (2005), antropólogo francês, cuja definição se dá para designar um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade, isto é, segundo Augé todo e qualquer espaço que sirva apenas como espaço de transição e com o qual não criemos qualquer tipo de relação é um não-lugar. Assim, este define-os como sendo espaços de anonimato no nosso dia-a-dia, na nossa vida e na nossa consciência. Esses espaços são, portanto, descaracterizados e impessoais – não lhes são atribuídos quaisquer tipos de características pessoais exatamente porque não tem para nós qualquer tipo de significado.

Por todo o exposto, compreendemos que as festas escolares nunca foram consideradas como essenciais à educação. No limite, foram consideradas como estratégia política e na contemporaneidade como produto de baixo lucro, portanto, pouco valorizado. Assim, as festas escolares, na contemporaneidade carecem de sentido para a educação e até mesmo de valor para a indústria cultural, só podendo ter um espaço em um não-lugar.

Concluímos, portanto, que as festas escolares na contemporaneidade são reveladoras de se pensar a escola atual como um não-lugar, tema que será nosso objeto de estudo em um próximo trabalho acadêmico.

CONCLUSÕES

Ao findar a nossa pesquisa, podemos apontar que as festas escolares foram se desvelando ao longo do período estabelecido no estudo. Tal processo pode ser consequência de aspectos políticos, econômicos e sociais que influenciam a escola e a cultura escolar.

Conforme vimos, a cultura escolar é influenciada pelos acontecimentos ocorridos na sociedade como um todo, portanto, as festas revelam as alterações ocorridas na cultura da escola a partir dos movimentos sociais.

Desse modo, o nosso estudo evidenciou que a escola incorporou para as festas escolares aspectos das festas que ocorria na sociedade em geral, deixando de lado a pretensa neutralidade, pois as festas serviam como veículo dos ideais políticos vigentes.

Os aspectos presentes nas festas sociais que foram incorporados nas festas das escolas são os de ordem, que se estabelecem as hierarquias sociais, as funções sociais, os valores da nação e da política. Como citamos acima, esses aspectos foram se alterando ao longo dos anos, além disso, os tipos de festas característicos de cada período, em escolas de vários estados seguiam uma padronização. Ou seja, encontramos as mesmas festas comemoradas em vários estados, no mesmo período.

Em nossa pesquisa abordamos sobre a intenção das festas escolares nos períodos históricos e apontamos que no período entre 1890 e 1930 serviram como vitrines dos ideais republicanos. As festas enalteciam o amor Pela República, pela pátria e pela felicidade. Eram festas que abrangiam toda a sociedade, seguindo os devidos rigores, incentivadas pelos representantes políticos. As crianças enfileiradas, alinhadas, com hinos e poesias decorados compunham o cronograma do momento da festa da ordem.

As festas escolares dos anos de 1930, 1940 e 1950 serviram como espetáculos do poder. Eram celebrações do trabalho e do amor à pátria, junto às massas. Essas festas já possuíam novas propostas. O rigor ainda era mantido, porém com menor investimento financeiro para a realização. Incentivava-se o

ideal da criança trabalhadora. O Brasil passava por um período de industrialização, e havia de preparar os cidadãos para serem mão de obra especializada a serviço do país. Por isso, as massas eram enaltecidas como o futuro da nação, e a disciplina era ensinada incisivamente, no intuito de fomentar nas pessoas o sentido de responsabilidade, dever e servidão para com a pátria e para com os seus patrões.

As festas escolares entre os anos de 1960, 1970 e 1980 serviram como instrumento do Estado para a regulação da ordem política e da submissão às regras. Esse período marcou a árdua ditadura e a abertura política no nosso país. Portanto apontamos que nesse período as festas serviram para intimidar os cidadãos perante a doutrina militar. As festas cívicas contavam com desfiles ornados e ordenados com soldados perfilados, com armamentos, tanques de guerra e servia para o Estado impor suas regras e demostrar maestria e poderio. Portanto, notamos que as festas nesse período incrustavam nos alunos recordações dos desenvolvimentos alcançados pelo País e reafirmavam os rumos da política da época.

Com a abertura política, o Estado passou a não mais impor as datas comemorativas nas escolas, e com isso as escolas alcançaram a autonomia para elencarem suas datas festivas, de acordo com o próprio projeto político pedagógico. Desse modo, trouxemos a discussão de que as festas escolares dos anos de 1990 aos dias atuais têm se apresentado de duas formas. Ou são festas que ocorrem nas dependências das escolas, sem receber a comunidade em geral, muitas vezes sem desfiles cívicos, sendo pequenos momentos festivos para não deixar passar algumas datas em branco, como por exemplo a Páscoa, o dia das Mães, dos Pais e a Junina. Nestas condições compreendemos que as festas têm servido para a manutenção da tradição das festas nas escolas. Ou ainda, as festas escolares podem manter-se no calendário escolar como momento de arrecadação de recursos financeiros para reforçar o caixa escolar. Nessa formatação, nós compreendemos a partir da Teoria Crítica, que as festas se colocam como um produto da Indústria Cultural, cujo objetivo é ser consumido e gerar lucro, ainda que ínfimo.

O desprezo às tradições na contemporaneidade, que liquida o valor tradicional de patrimônio e da cultura, transforma momentos culturais em recursos lucrativos. Ao perder-se a tradição, que está vinculada aos valores culturais, perde-se também a experiência social comum, em detrimento da experiência vivida, característica do indivíduo isolado, perdido e excedente nas grandes metrópoles.

Embora as festas tenham servido para muitos propósitos políticos, e representado a essa certa medida ordem, elucidamos em nosso estudo que as festas foram representadas e apropriadas pela comunidade escolar. Percebemos ao longo do estudo que em meio as festas cívicas havia sempre um pouco de lúdico em algumas atividades, que cativavam o interesse tanto dos alunos como também dos professores.

Apontamos que a festa representa, simbolicamente, um momento de suspensão do tempo, de reconstrução do mundo, um momento em que as regras sociais são deixadas de lado e as diferenças são dirimidas. A festa é um algo único com o lado da ordem e o lado da desordem, portanto, é claro há um pouco de ordem na desordem e de desordem na ordem, pois não é de nosso entendimento que as coisas são tão cartesianas a ponto de separarmos e classificarmos fenômenos sociais assim como se fazem com números e objetos.

Assim, mesmo que a festa escolar fosse engessada pelos decoros de hinos, pelo desfile militar, pelos discursos políticos, o que todos olhavam era para o lúdico que era resgatado e reforçado na festa. Apesar de serem vistas como momentos cívicos, com rigor e com ordens, havia também os momentos imparciais, descontraídos, alienados e que seus participantes se mostravam ativos em suas ações.

Romper com a visão da neutralidade das festas escolares, entender seus objetivos implícitos e apontar suas reais intenções no processo educativo foram estandartes que levantamos nessa pesquisa.

Compreendemos que a ludicidade possível nos momentos festivos é um dos aspectos que cativam as escolas públicas e permanecerem com a tradição das festas escolares, resistente ao rápido desenvolvimento da técnica que implicou apagar os vestígios da experiência do extraordinário, substituindo-os pelo saber

particular que impele o sujeito ter momentos de descontração, ludicidade e convivência.

Portanto as festas sociais e as festas escolares, que seguiam uma tradição, primeiro para a consolidação da memória nacional, e posteriormente tomando novas formatações para manter o lúdico e a tradição escolar, perdem cada vez mais o espaço na sociedade, e para sobreviver necessitam se adaptar aos padrões do capitalismo ou ainda precisam se justificarem como um propósito pedagógico, sistematizado e pré-estabelecido.

Concluímos que as festas escolares nos dias atuais, engessadas por propostas pedagógicas de um sistema curricular padronizado, ou ainda, como uma ação destinada a arrecadar recursos financeiros, perdem seu sentido, como quase todos os aspectos escolares. Sem sentido não pode ser vista como um lugar que cria história, fomenta identidades e passa valores. Dessa forma, as festas escolares podem nos revelar que a escola na contemporaneidade tem assumido a posição de não lugar.

A escola como não lugar torna-se um espaço de passagem, no qual os sujeitos lá aparecem, consomem, deleitam e saem, sem saber porque lá estiveram.

De um modo geral, notarmos o afrouxamento das festas escolares que compuseram a cultura escolar ao longo de décadas, e que representava de forma concreta todo arsenal de coletividade, de interação, identidade, vínculo, tradição, comoção e ludicidade notamos que a festa não é mais considerada um aspecto essencial nem mesmo à política e, sim, um produto da indústria cultural, ainda que de baixo custo. Concluímos que a festa escolar deve ser produzida para se tornar obsoleta – se tirá-la ninguém sentirá sua falta. Desse modo, arrecadando fundos para a escola, ela se abre aos consumidores (comunidade), se causa prejuízo não acontece mais no ano seguinte.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AMARAL, R. C. M. P. **Festa à brasileira**. 1998. 380f. Tese (Doutorado em Antropologia) -Departamento de antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da USP, São Paulo: 1998.

AUGÉ, M**. Não-lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2005.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dosteoiévski**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1987.

BARROS, M. O Divino segredo da festa. In: BARROS, M. (org): **A festa na vida:** significado e imagens. Petrópolis: Vozes, 2002.

BARROS, J. A. A Escola dos Annales e a crítica ao Historicismo e ao Positivismo. **Revista Territórios & Fronteiras,** Cuiabá, vol.3, jan/jun 2010.

BATAILLE, G. **Oeuvres complètes**. Paris: Gallimard, 1973.

BENCOSTA, M.L. Desfiles patrióticos: Memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, D. (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971).** Campinas: Mercado de Letras, p. 299-321, 2006.

BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, C.M. **O fio de Ariadne**: a religiosidade nas festas comemorativas escolares. 2009. 140f. Dissertação (Mestrado) - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

BERKEMBROCK, V. J. A festa nas religiões afro-brasileiras: a verdade torna-se realidade. In: PASSOS, M. (org.). **A festa na vida:** significado e imagens**.** Petrópolis: Vozes, 2002.

BRANDÃO, C. R. **O divino, O santo e A senhora**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1973.

BRASIL. Senado Federal. Lei n. 010172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Senado Federal/Subsecretaria de Informações, 2001.

BUENO, S. F. **Pedagogia sem sujeito: q**ualidade total e neoliberalismo na educação. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

CAILLOIS, R. **L´Homme et le sacré**. Paris: Gallimard, 1950.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CÂNDIDO, R.M. **Culturas da escola:** as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930). 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

CARDOSO, C. A. **Vivas para a Cidade!!!** Liceu Paraibano e a modernização do espaço urbano. A escola e a igreja nas ruas da cidade. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

CARVALHO, M.M.C. de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CATANI, D. B. Educadores à Meia Luz: um estudo sobre Revista de Ensino da Associação de São Paulo**. Revista da Faculdade de Educação da USP**, São Paulo, v.21, n.2, p. 9-30, 1995.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAVES, E. Festividades escolares no Norte de Minas: propostas educativas para além dos muros dos grupos escolares. In: **V Congresso de Pesquisa e Ensino de história da Educação em Minas Gerais**, n.1, 2009. Anais...Montes Claros: Unimontes, 2009.p.1-10

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, vol. 2, n.1, p.177-229, 1990.

COHN. G. **Comunicação e indústria cultural**. 2° ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1971.

CORTINA, B. L. A razão da modernidade. In: BUENO, S. F. (Org**.). Teoria Crítica e Sociedade Contemporânea**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. p. 81-87.

CUNHA, C.P.C. (org). **Carnavais e outras f(r)estas**: ensaios de história social da cultura. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DURKHEIM, É. **Les formes élémentaires de la vie religieuse**. Paris: PUF, 1968.

DURKHEIM, É. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

DUSSEL, I. Historias de guardapolvos y uniformes: sobre cuerpos, normas e identidades en la escuela, In: GVIRTZ, S. **Textos para repensar el día a día escolar:** Sobre cuerpos, vestuarios, espacios, lenguajes, ritos y modos de convivencia en nuestra escuela. Argentina: Ediciones Santillana, 2000. p.105-132

DUVIGNAUD, J. **Festas e civilizações**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: FARIA FILHO, L. M.; LOPES, E.M.T.; VEIGA, C.G. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P. 135-50.

FONSECA, M. O projeto político-pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 302-318, dezembro. 2003.

FRANKFURT, S. H. **As práticas das festas escolares na Escola Normal de Pirassununga (1930-1950)**. 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - PUC-S.P., São Paulo, 2006.

FREITAG. B. **Política educacional e indústria cultural**. São Paulo: Cortez, 1987.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GALLEGO, R. C.; CÂNDIDO, R. M. A integração de feriados, festas e comemoração cívicas no calendário das escolas primárias paulistas - uma discussão sobre os seus sentidos (1890-1930). In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. n. 1. 2006, Uberlândia. Anais...Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 1-10

GÉRKEN, M. A. S**. Entre bandeiras, árvores e bonecas [manuscrito]: festas em escolas públicas primárias de Minas Gerais (1906-1930)**. 2009. 164 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

GIRARD, R. **A violência e o Sagrado**. São Paulo: Paz e Terra e UNESP, 1990.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

HUIZINGA, J. **Homo ludens:** o jogo como elemento da cultura. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

JAY, M. **As idéias de Adorno**. São Paulo: Editora Cultrix, 1988.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

KUHLMANN JÚNIOR, M. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

MAUSS, M; HUBERT, H. **Oeuvres**. Paris: Editions de Minut, 1968.

NAGLE, J. A Educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. (org). **O Brasil Republicano.** v.2. t. III. São Paulo: Difel, 1978. p. 261-291.

NUNES, A.L.S.O. **Festas e Celebrações: um estudo sobre visualidades da escola. Dissertação de Mestrado**. 2005. 87 f. Dissertação (Mestrado em Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2005.

OZOUF, M. Le Panthéon, L'École normale dês mortes. In Nora, Pierre (dir.) **Les Lieux de Mémoire:** I La République. Paris: Gallimard, 1986.

PEREZ, L. F. Antropologia das efervescências coletivas. Dionísio nos trópicos: festa religiosa e barroquização do mundo – Por uma antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, M. (Org.). **A festa na vida: significado e imagens**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 15-58.

PRIORI, M. **Festas e Utopias do Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: **E.E. Rui Barbosa**, 2011. Disponível em:http://www.mmrruibarbosa.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/5/1410/12/arquivos/File/PPP_ESCOLA_ESTADUAL_RUI_BARBOSA.pdf

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: **E..E. José Ludovico de Almeida**, 2012. Disponível em: < https://cejla.wordpress.com/projeto-politico-pedagogico/>

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: **E..E. Nova Chance**, 2014. Disponível em: http://www.seduc.mt.gov.br/Documents/Eventos/PEEPM/ANEXO-DOC.08%20PPP%20EE%20Nova%20Chance.pdf

PUCCI, Bruno (Org.). **Teoria Crítica e Educação: A Formação Cultural na Escola de Frankfurt**. Petrópolis: Editora VOZES/EDUFSCar, 1995.

REIS, J. C. **Escola dos Annales:** a inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO JÚNIOR, J. C. N. **A festa do povo: pedagogia de resistência**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVA, C. M. C. de S. **História das práticas pedagógicas e cultura escolar do Colégio Salesiano de Santa Teresa, Corumbá- MS (1972-1987)**. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, CAmpinas, 2009.

VAZ, A. C. **A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945).** Belo Horizonte: GEPHE - FAE/UFMG, 2006.

VAZ, A. F. Notas Conceituais sobre Mímesis e Educação do Corpo em Max Horkheimer e Theodor W. Adorno. In: Pucci, B.; Goergen, P.; Franco R. (Org.). **Dialética Negativa, Estética e Educação**. 1 ed. Campinas: Alínea, 2007, p. 189-202.

VEIGA, C.G. Educação estética para o povo. In: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 399-422.

VOLPATO, G. **O jogo, a brincadeira e o brinquedo no contexto sócio-cultural criciumense.** 1999. 239 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

VOLPATO, G. Jogo e brinquedo: reflexões a partir da teoria crítica. **Revista Educação e Sociedade.** Campinas, vol.23 no.81, p. 217-226, Dec. 2002.